



cutting through complexity

ACI - AUDIT COMMITTEE INSTITUTE

A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais

Um panorama atual das empresas abertas, com base nos seus Formulários de Referência

2015/2016

kpmg.com/BR



10ª EDIÇÃO

ACI Institute
Uma iniciativa da KPMG



KPMG Board Leadership Center
Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.



CONTEÚDO

Sobre o Estudo	02
Sumário Executivo	05
Perfil das empresas analisadas	10
Resultados	11
Estrutura e funcionamento do Conselho de Administração	11
Comitês do Conselho de Administração	16
Comitê de Auditoria	17
Comitê de Remuneração	20
Conselho Fiscal	22
Remuneração dos administradores	24
Seguro D&O	28
Código de Ética e Conduta	29
Gerenciamento de Riscos	30
Auditoria Interna	31
Auditoria Independente	32
Distribuição de Dividendos	34
Estrutura de controle das empresas	35
Setores de atuação das empresas	36
Comparativos	37
Linha evolutiva – 10 anos de governança corporativa	39
Relação das empresas que fizeram parte do Estudo	57
Sobre o ACI Institute	62
Mesas de Debates do ACI	63
KPMG no Brasil	67



SOBRE O ESTUDO

A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais Brasileiro 2015/2016 - 10ª edição

Um panorama atual das empresas abertas com base nos Formulários de Referência

O estudo “A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais” chega à sua 10ª edição comemorando uma década de importantes avanços na adoção das boas práticas de governança pelas empresas abertas brasileiras. Vale lembrar que as edições do estudo anteriores à Instrução CVM nº 480 baseavam-se essencialmente nos Relatórios Anuais. A partir daí, a obrigação da elaboração e publicação dos Formulários de Referência pelas empresas abertas facilitou a tarefa de coleta de dados e permite uma comparação e interpretação mais efetivas das nossas práticas de governança.

Em um momento de pessimismo econômico, as boas práticas de governança passam a ser um fator de vantagem competitiva, fornecendo alternativas eficazes para um mercado de capitais cada vez mais ativista e promovendo ganhos para a sociedade, que beneficia-se diretamente com organizações mais estruturadas, transparentes e responsáveis, focadas no negócio e na sua perenidade.

Neste cenário, o ACI Institute dedica-se há 11 anos à missão de ser um agente no desenvolvimento e na disseminação das boas práticas de governança, fazendo uso há 10 anos do nosso estudo em discussões técnicas, pesquisas com o mercado e em nossas Mesas de Debate, transformando-o em um material imparcial e objetivo sobre os temas de maior preocupação das Empresas, representadas pelos seus proprietários, investidores e pela sua administração.

O Estudo A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais 2015/2016 baseia-se em informações divulgadas nos Formulários de Referência de 227 empresas divididas em quatro categorias: todas as empresas listadas no Novo Mercado (128 empresas), todas do Nível 2 (20 empresas), todas do Nível 1 (29 empresas) e as 50 empresas do mercado Tradicional, ou seja, que não fazem parte dos níveis diferenciados de governança, e que tiveram o maior volume de negociações no ano. Importante salientar que quatro empresas do Novo Mercado e uma do Nível 1 estavam em processo de recuperação judicial, razão pela qual seus dados não foram computados.

A tabela da BM&FBovespa a seguir apresenta as principais diferenças de exigências entre os segmentos de listagem abordados neste estudo. A lista completa de empresas que fizeram parte deste estudo está apresentada nas páginas finais.

Comparativo dos Segmentos de Listagem

	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
Características das Ações Emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (<i>free float</i>)	No mínimo 25% de <i>free float</i>			Não há regra
Distribuições públicas de ações	Esforços de dispersão acionária			Não há regra
Vedação a disposições estatutárias (a partir de 10/05/2011)	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra	
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação)
Vedação à acumulação de cargos (a partir de 10/05/2011)	Presidente do conselho e diretor-presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)			Não há regra
Obrigações do Conselho de Administração (a partir de 10/05/2011)	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia		Não há regra	
Demonstrações Financeiras	Traduzidas para o inglês		Conforme legislação	
Reunião pública anual e calendário de eventos corporativos	Obrigatório			Facultativo
Divulgação adicional de informações (a partir de 10/05/2011)	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta			Não há regra
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN (a partir de 10/5/2011)	80% para ações ON (conforme legislação)	
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento		Conforme legislação	
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório		Facultativo	

Fonte: BM&F Bovespa – Comparativo dos Segmentos de Listagem.
Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br>, 24/08/2015.

O material que segue foi dividido em duas partes, visando melhor compreensão e análise dos dados. A primeira parte traz os números e as informações dos formulários de referência divulgados em 2015, e retrata o cenário atual das 227 empresas com capital aberto na BM&FBovespa analisadas neste estudo, incluindo as 26 empresas brasileiras com American Depositary Receipt (ADR), ou seja, listadas em bolsa de valores norte-americana. Já a segunda parte traça uma linha evolutiva de 29 questões analisadas, por meio da comparação com números das edições anteriores, destacando principais pontos de mudança ou de consolidação nas tendências observadas.

Apesar das intervenções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda é possível observar um volume significativo de incorreções e imprecisões nas informações divulgadas pelas companhias no formulário de referência, além do alto número de empresas que não publicam informações obrigatórias por meio do uso de liminar – utilizado no item referente a remuneração.

Por outro lado, o crescente ativismo dos investidores, as exigências regulatórias, destacando-se a Lei Anticorrupção, e os recentes escândalos corporativos são alguns dos principais fatores que têm pressionado as empresas e incentivado a sua administração a esforçar-se pela compatibilização dos interesses de todos aqueles que, de alguma forma, relacionam-se com, ou possuem interesse na companhia.

Nesta edição, incluímos a análise das ressalvas e parágrafos de ênfase apresentados no parecer dos auditores independentes, examinando sua relevância e natureza, com destaque para a ênfase de continuidade operacional e recuperabilidade de ativos e/ou existência de passivos relevantes.

Visando otimizar a leitura dos dados, nesta edição o sumário executivo aborda todos os itens tratados no estudo, e concentra as análises das informações divulgadas em 2015. Os gráficos referentes aos dados complementam as análises e finalizam a primeira parte do nosso estudo.

Boa leitura!

Sidney Ito

Sócio-líder de Governança Corporativa e Riscos e do ACI Institute do Brasil

Clara Cardoso

Gerente do ACI Institute do Brasil

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os seguintes itens foram abordados neste estudo: Conselho de Administração, Comitês do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Conselho Fiscal, Remuneração dos Administradores, Seguro D&O, Código de Ética e Conduta, Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Parecer do Auditor Independente: Ênfases e Ressalvas, Distribuição de Dividendos, Estrutura de Controle, Setores de Atuação, e Faturamento das Empresas Analisadas.

Cada um dos assuntos foi coletado e analisado conforme as informações fornecidas pelas empresas em seus Formulários de Referência. Nenhum procedimento adicional foi realizado para garantir a sua veracidade. A tabela abaixo traz um resumo e comparação dos resultados do estudo, e identifica as maiores e menores aderências às boas práticas de governança, devendo ser analisado em conjunto com os gráficos de cada tema ao longo do estudo.

	Novo Mercado	N2	N1	Tradicional
Conselho de Administração				
Cargos CEO x Chairman		✓	✓	✗
Conselheiros Externos	✗		✓	
Conselheiros Independentes	✓			✗
Relações Familiares		✗	✗	✓
Número de Reuniões	✗		✓	
Avaliação de Desempenho			✓	✗
Comitê de Auditoria				
Existência		✓		✗
Membros do Conselho de Administração			✗	✓
Conselho Fiscal Permanente			✓	✗
Código de Ética e Conduta	✓	✓	✓	✗
Gerenciamento de Riscos			✓	✗
Auditoria Interna		✓		✗
Qualidade dos Controles Internos	✓	✓		✗

✓ **Maior aderência às boas práticas de governança** ✗ **Menor aderência às boas práticas de governança**

O Nível 1 demonstra maior aderência em sete dos treze itens observados na tabela, dentre os quais maior quantidade de empresas com área de gerenciamento de riscos, com conselho fiscal permanente, e com avaliação de desempenho do conselho de administração. O segmento Tradicional continua sendo o que apresenta menor aderência aos itens analisados.

Abaixo, alguns destaques:



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- Analisando a composição do conselho de administração, a quantidade média de membros foi de 7,4 conselheiros, sendo o Nível 1 aquele com maior média (9,1 membros), e o Tradicional com a menor (6,1).
- Em meio ao forte debate sobre a adoção, ou não, de cotas para a presença de mulheres em conselhos de administração, 36% das companhias possuem ao menos uma mulher como membro do conselho. Já a porcentagem de conselheiras manteve-se em 6%, a mesma de 2014. Apenas o Tradicional apresentou aumento de 1% (de 6% para 7%).
- Quanto à acumulação dos cargos de CEO e chairman, prática que passou a ser proibida desde 2014 para as companhias pertencentes aos níveis diferenciados de listagem da BM&FBOVESPA, uma empresa do Novo Mercado continua divulgando em seu Formulário de Referência ter a mesma pessoa atuando em ambos os cargos. No Tradicional, são 17 empresas (66%).
- Com relação à composição dos membros do conselho de administração, a maior parcela permanece com os conselheiros externos (62%), seguido dos conselheiros independentes (28%). Os conselheiros que também ocupam cargos executivos são a menor porcentagem, com 10%.
- Ao todo, 50% das companhias analisadas no estudo divulgam haver relações familiares entre membros do Conselho de Administração com outras pessoas da companhia ou do próprio Conselho. Os três níveis diferenciados mantiveram-se próximos a essa média, exceto pelo Tradicional, cujo percentual continua sendo o mais baixo, com 37%.
- Ao analisar a quantidade de reuniões do conselho realizadas, a média divulgada foi de 7 reuniões por ano, sendo que 53 empresas reportaram ter realizado 12 ou mais reuniões no último ano (23%) e 106 reportaram até 4 reuniões (47%).
- Com relação à avaliação de desempenho, 28% das companhias avalia periódica e formalmente o conselho de administração como órgão, enquanto 26% realiza a avaliação individual dos conselheiros. O Nível 1 e o Novo Mercado continuam em destaque com os maiores percentuais, enquanto as empresas do nível Tradicional possuem média de apenas 13%. Ao todo, 44 companhias não divulgaram a informação, apesar da existência de item exclusivo para esta finalidade no formulário de referência.



COMITÊS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Em 2015, os comitês mais frequentes foram: Comitê de Auditoria (106 empresas), Finanças/Investimentos (60), Recursos Humanos (59), Remuneração (57) e Riscos (41). As 227 empresas compreendidas no estudo divulgaram um total de 549 comitês de assessoramento ao conselho de administração, quantidade ligeiramente menor que o ano anterior, com 564. O Comitê de Riscos apresentou maior redução, caindo de 45 para 41, enquanto o Comitê de Finanças/Investimentos apresentou um aumento de 56 para 60 em 2015. 76 empresas não reportaram possuir comitês de assessoramento ao conselho de administração em sua estrutura, sendo 33 do Tradicional, 31 do Novo Mercado, 10 do Nível 1, e 2 empresas do Nível 2.



COMITÊ DE AUDITORIA: 47% das empresas analisadas possuem o comitê de auditoria, configurando aumento em comparação ao ano anterior, quando a média foi de 44%. Nove empresas no estudo informam que o conselho fiscal atua como comitê de auditoria – todas com ADR, em resposta a regra norte-americana que exige que companhias abertas tenham comitê de auditoria, apesar destes órgãos terem funções conflitantes. Na média, o comitê de auditoria possui 3,6 membros, sendo 51% deles conselheiros de administração, dos quais mais da metade são independentes. 29% dos comitês de auditoria são coordenados por conselheiro independente.



COMITÊ DE REMUNERAÇÃO: ¼ das companhias possuem um comitê de remuneração, com média de 3,7 membros, dos quais 72% fazem parte do conselho de administração. Menos de ¼ dos comitês de remuneração é coordenado por um conselheiro independente.



CONSELHO FISCAL: Ao todo, 142 empresas informaram ter conselho fiscal instalado. A maior concentração encontra-se no Nível 1, em que 26 das 29 companhias (90%) têm o órgão instalado, seguido do Novo Mercado, com 80 das 128 (63%). Ainda considerando os 142 conselhos fiscais instalados, 58 atuam de forma permanente, mesma quantidade do ano anterior.



REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: Neste quesito, a média mais alta de remuneração do conselho de administração e do conselho fiscal é do Nível 2. Um total de 167 empresas divulgam os principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração variável.



SEGURO D&O: 87% das empresas contratam seguro D&O. O valor médio de cobertura é de R\$ 97 milhões – ambos apresentaram aumento na comparação com 2014. As maiores médias de cobertura deste seguro encontram-se nos setores de Telecomunicações, e Petróleo, gás e biocombustíveis.



GERENCIAMENTO DE RISCOS: Menos da metade (45%) das empresas analisadas informam ter uma área dentro de sua estrutura organizacional destinada ao controle do gerenciamento de riscos. A maior concentração encontra-se no Nível 1 (59%), seguido do Nível 2 (47%). Essa média vem aumentando dois pontos percentuais por ano ao longo dos últimos estudos. 7% das companhias reportaram expectativa de aumento de exposição em relação aos riscos relevantes.



AUDITORIA INTERNA: 61% das companhias divulga no Formulário de Referência a existência de auditoria interna, percentual que tem aumentado nos últimos anos, demonstrando uma maior preocupação com o monitoramento sistêmico da efetividade dos controles internos. O Nível 2 se destaca com 85%, seguido do Novo Mercado com 62%. Os maiores percentuais concentram-se nos setores Financeiro, Telecomunicações e Utilidade Pública.



AUDITORIA INDEPENDENTE: 47% das empresas contratam outros serviços do seu auditor independente além dos relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. O Nível 1 traz o maior índice (59%) e o menor, o Tradicional com 33%.

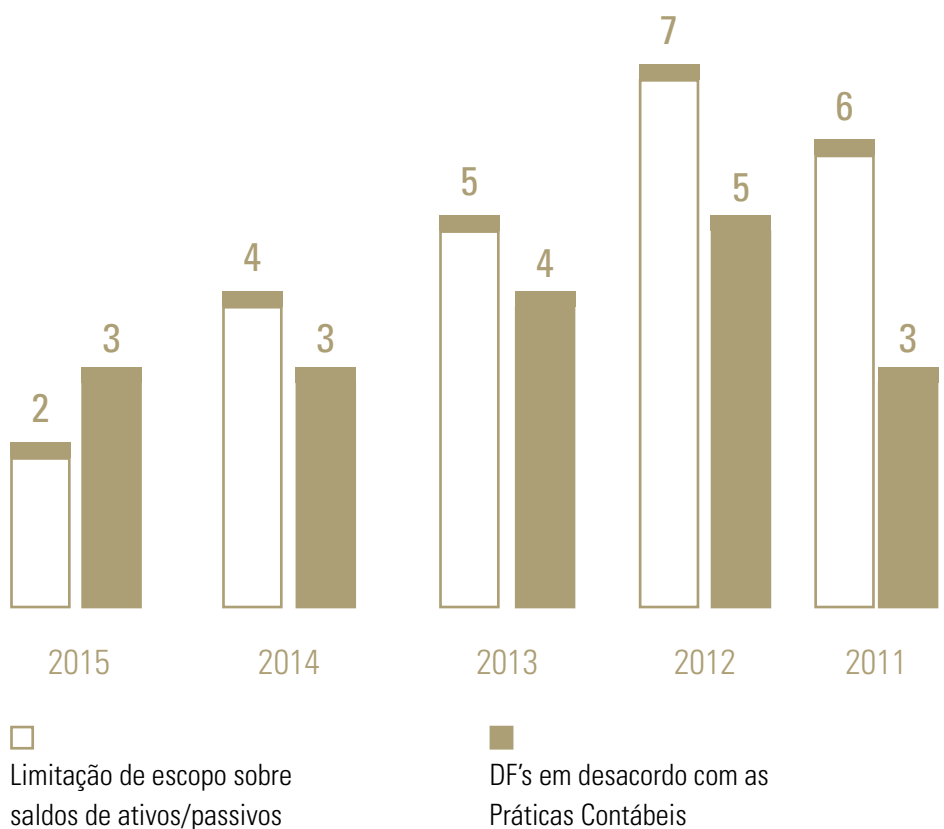


PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE: o parecer do auditor independente pode ser modificado para inclusão de ressalvas, parágrafos de ênfase ou parágrafos divulgando outros assuntos significativos. A distinção entre os tipos de modificação é crucial para o entendimento da posição patrimonial e financeira da companhia. Uma ressalva é decorrente de alguma limitação na aplicação dos procedimentos de auditoria ou quando as demonstrações financeiras preparadas pela entidade não estão de acordo com as práticas contábeis.

O parágrafo de ênfase e outros assuntos são utilizados para:

- Ênfase: chamar a atenção para algum assunto das demonstrações financeiras que sejam relevantes para o leitor para o entendimento da posição patrimonial da entidade.
- Outros assuntos: chamar a atenção do leitor para algum assunto, que na opinião do auditor, é relevante da auditoria executada nas demonstrações financeiras.

No gráfico, abaixo demonstramos a quantidade e origem das ressalvas identificadas ao longo dos anos:



A elaboração de demonstrações financeiras em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pode resultar em penalidades aos administradores das Companhias abertas, conforme Art. 11 da Lei 6.385/76.

Em 2015, além de analisarmos as ressalvas, observamos também os parágrafos de ênfase apresentados nos pareceres dos auditores independentes. Identificamos 49 pareceres com um ou mais parágrafos de ênfase. Abaixo, listamos os itens que foram reportados como ênfase:

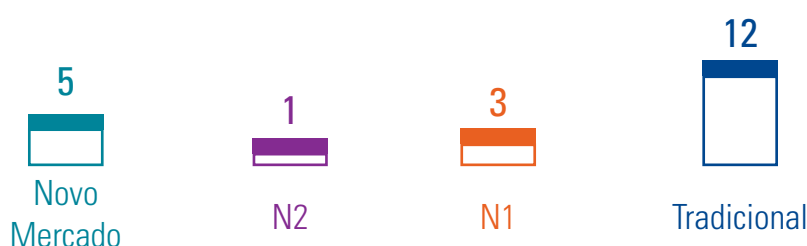
Das ênfases em destaque, frisamos a ênfase de continuidade operacional e recuperabilidade de ativos e/ou existência de passivos relevantes, comentadas a seguir:



Continuidade operacional

Quando o auditor independente conclui que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa, ele deve expressar uma opinião sem ressalvas e incluir um parágrafo de ênfase em seu parecer para destacar a existência de incerteza significativa relacionada ao evento ou à condição que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional; e chamar a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis que divulga os assuntos especificados.

Em 2015, 22 companhias demonstravam incertezas significativas quanto a sua capacidade de continuarem operando, as quais pertencem aos seguintes segmentos de listagem:



PERFIL DAS EMPRESAS ANALISADAS EM 2015

Perfil das Empresas Analisadas

	Novo Mercado	N2	N1	Tradicional
Receita líquida média (milhões)	R\$5.879	R\$4.476	R\$23.829	R\$12.445
Principais setores de atuação	Construção e Transporte; Consumo	Financeiro; Utilidade Pública	Financeiro; Materiais Básicos	Consumo; Financeiro
Principal tipo de estrutura de propriedade	Pulverizado; Familiar	Familiar; Compartilhado	Familiar; Estatal	Familiar; Pulverizado
Controle majoritário ou compartilhado	51%	100%	97%	78%
Número de empresas analisadas	128	20	29	50 mais negociadas

Receita Líquida (média - R\$ milhões)

Novo Mercado  R\$ 5.879 (↑ 18%)

N2  R\$ 4.476 (↓ 27%)

N1  R\$ 23.829 (↑ 21%)

Tradicional  R\$ 12.445 (↑ 12%)

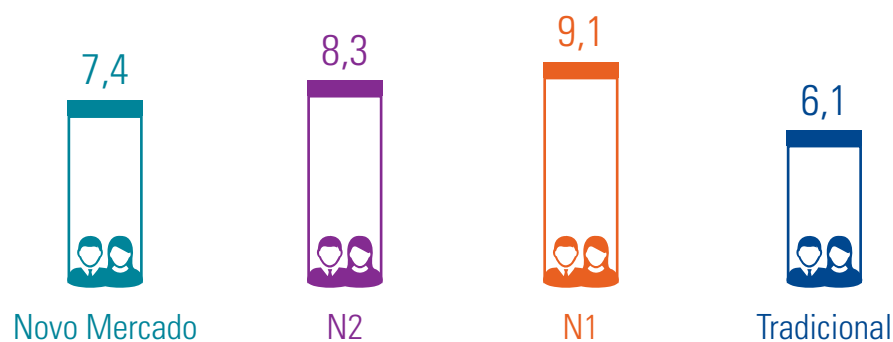
*As porcentagens indicam aumento ou redução com relação ao ano anterior



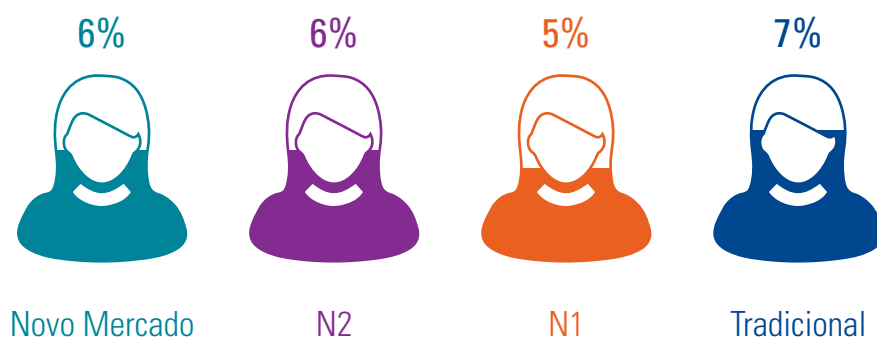
RESULTADOS

Conselho de Administração

Quantidade de membros no Conselho de Administração



Porcentagem de mulheres no Conselho de Administração



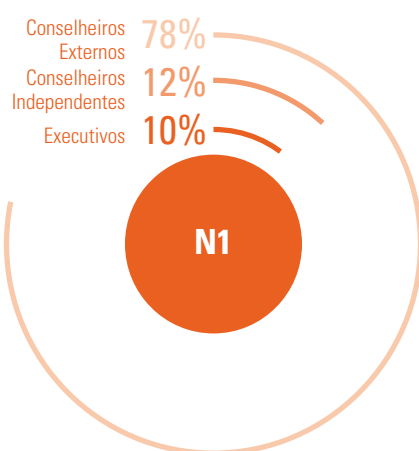
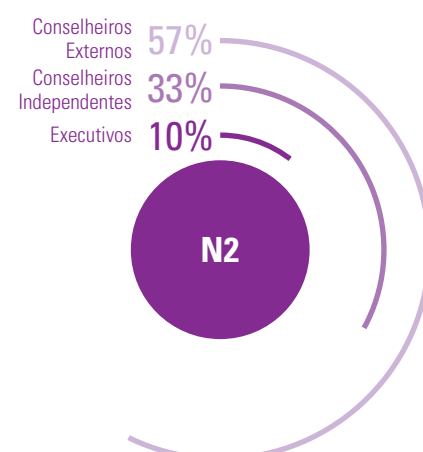
Porcentagem de empresas com ao menos uma mulher no Conselho de Administração



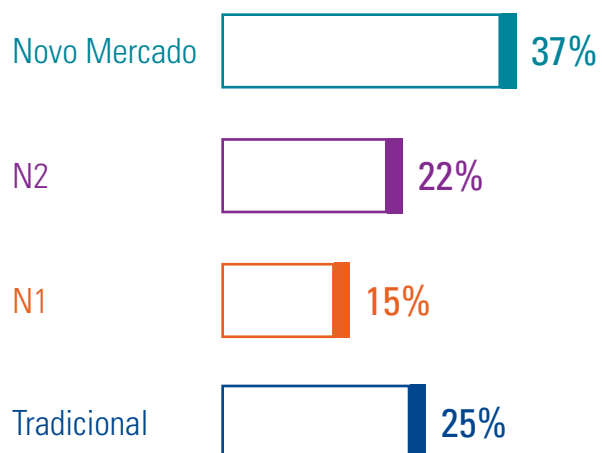
Porcentagem de empresas em que os cargos de Presidente Executivo (CEO) e Presidente do Conselho de Administração (Chairman) são ocupados por pessoas diferentes



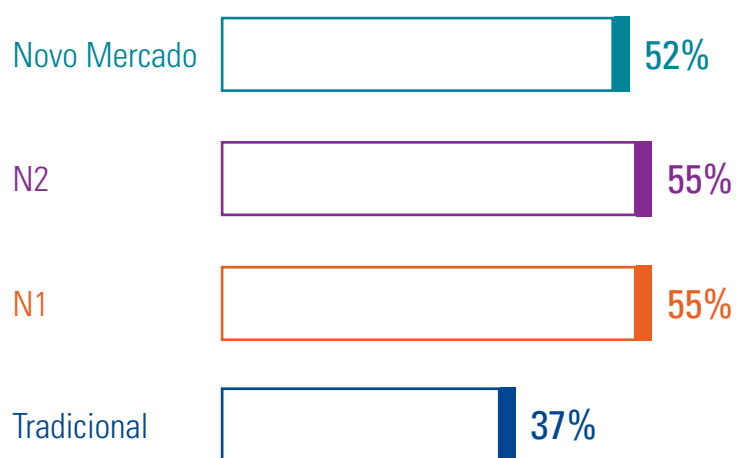
Composição do Conselho de Administração



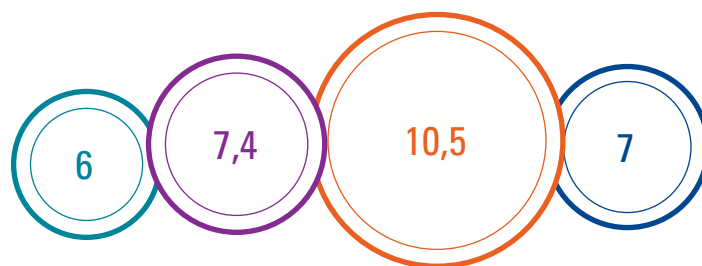
Porcentagem de conselheiros indicados pelos acionistas minoritários



Porcentagem de empresas em que existem relações familiares dos membros do Conselho de Administração com outras pessoas da companhia ou do próprio Conselho



Número de reuniões do Conselho de Administração por ano



Novo Mercado

N2

N1

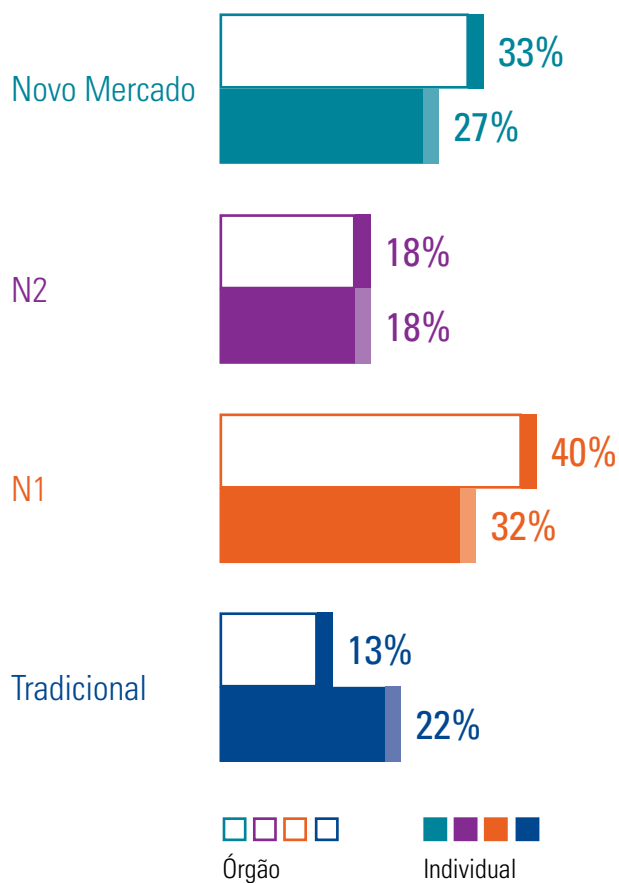
Tradicional

Número de empresas que não divulgaram a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
8	4	1	13	26



Porcentagem de empresas em que o Conselho de Administração avalia periódica e formalmente o desempenho do órgão e de seus conselheiros individualmente

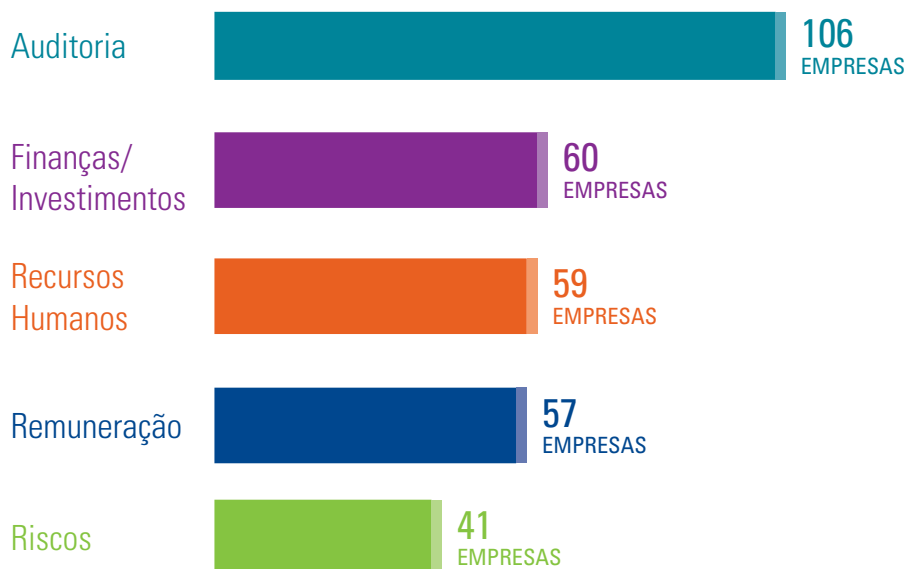


Número de empresas que não divulgaram a informação

	Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
Órgão	24	3	4	11	42
Individual	24	3	4	13	44

Comitês do Conselho de Administração

Os comitês mais frequentes nas empresas

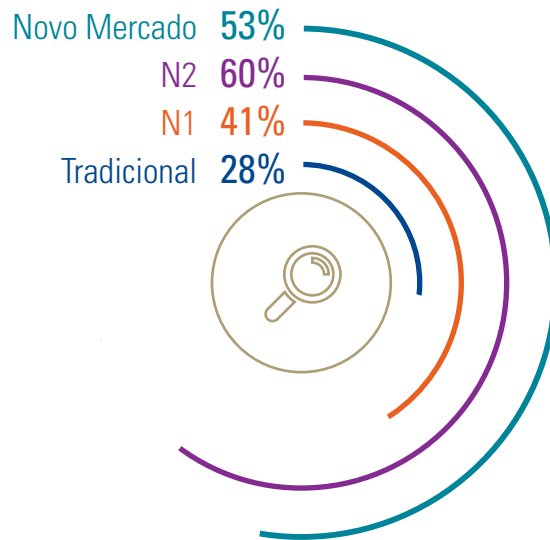


Quantidade dos comitês mais frequentes

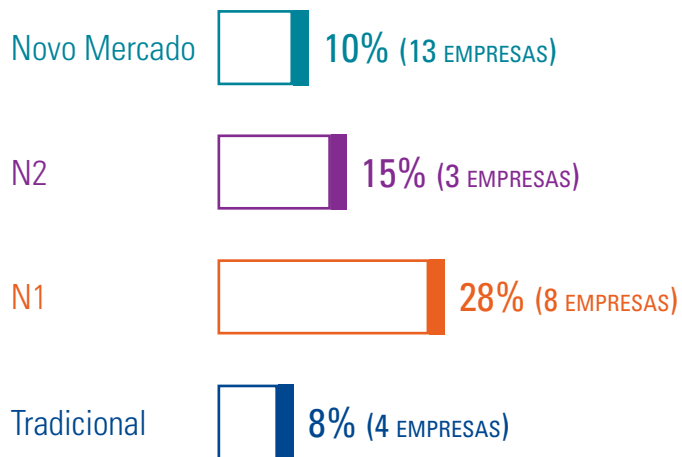
	Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
Auditoria	68	12	12	14	106
Finanças/ Investimentos	43	10	5	2	60
Recursos Humanos	45	7	7	0	59
Remuneração	26	11	10	10	57
Riscos	27	5	7	2	41
Governança Corporativa	21	4	5	2	32
Estratégia	20	2	5	0	27
Sustentabilidade	14	3	5	1	23
Outros	81	20	21	22	144

Comitê de Auditoria

Porcentagem de empresas que possuem Comitê de Auditoria



Empresas que possuem cumulativamente o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal permanente

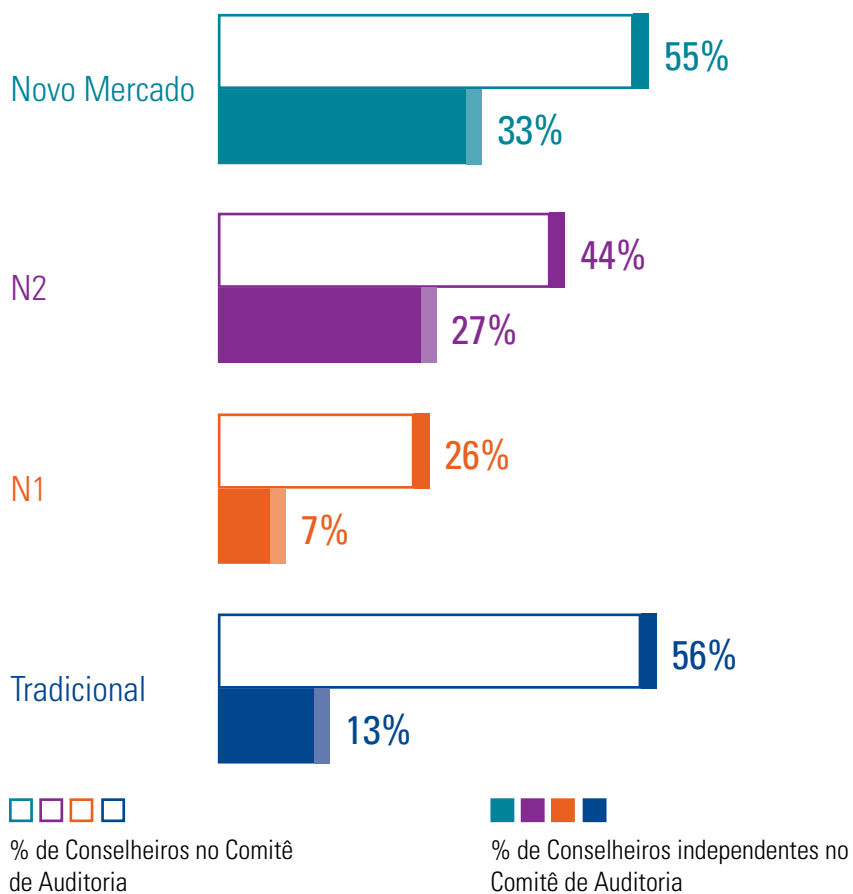


Composição do Comitê de Auditoria

Quantidade de membros que compõem o Comitê de Auditoria

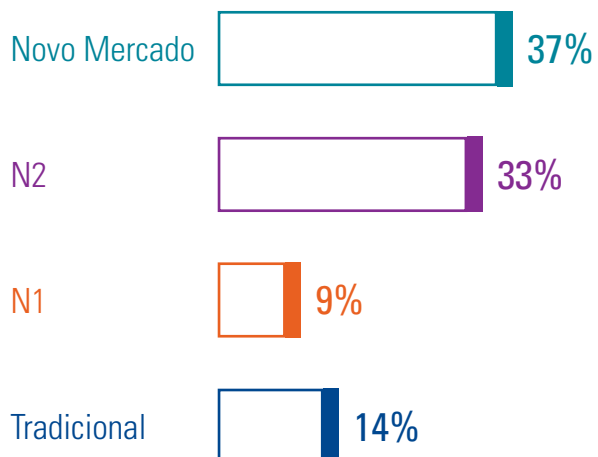


Conselheiros no Comitê de Auditoria



Conselheiros independentes no Comitê de Auditoria

Percentual de empresas em que o Comitê de Auditoria é coordenado por um conselheiro independente



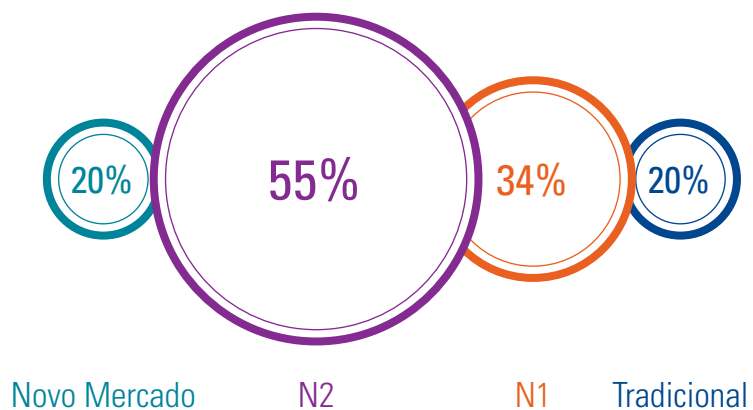
Número de empresas que não divulgaram a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
17	3	0	0	20

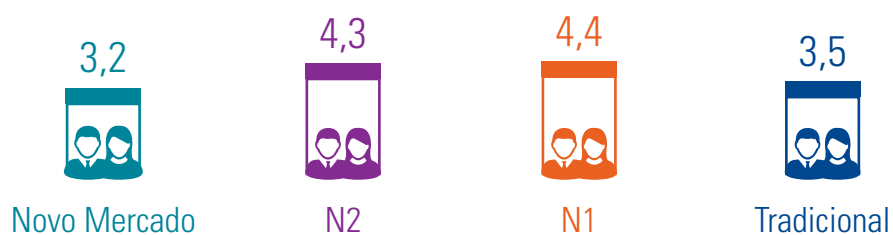


Comitê de Remuneração

Porcentagem de empresas que possuem Comitê de Remuneração

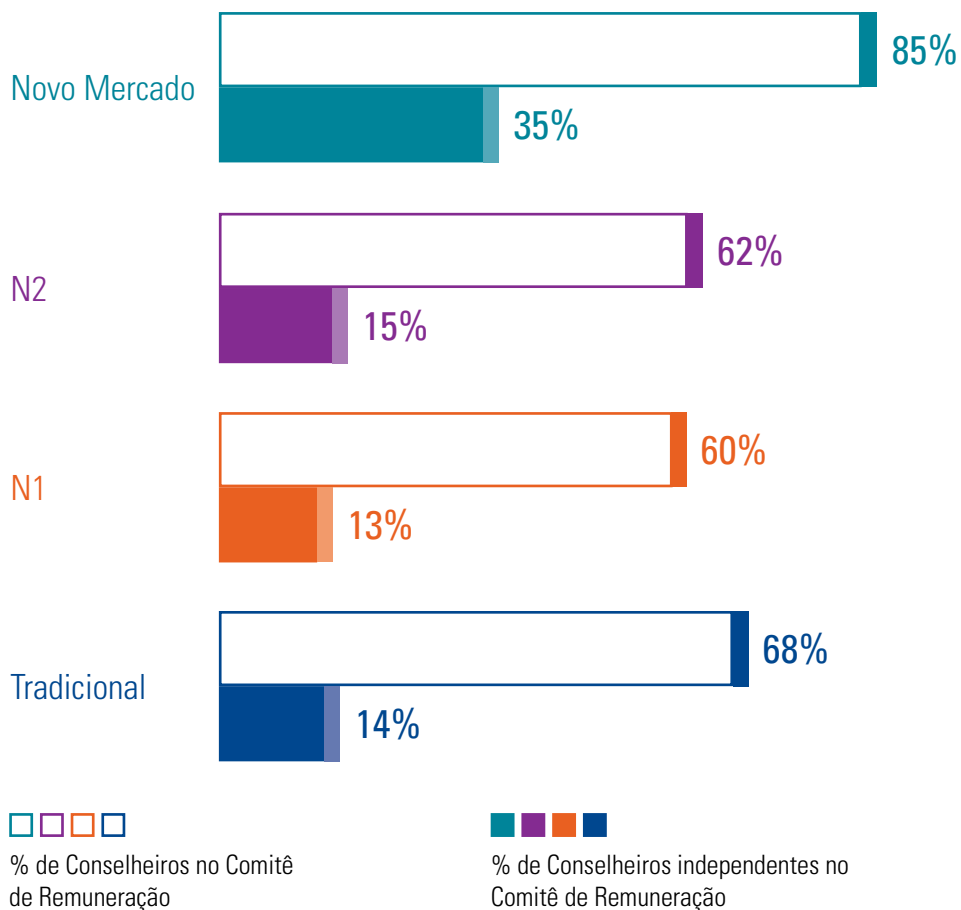


Quantidade de membros que compõem o Comitê de Remuneração



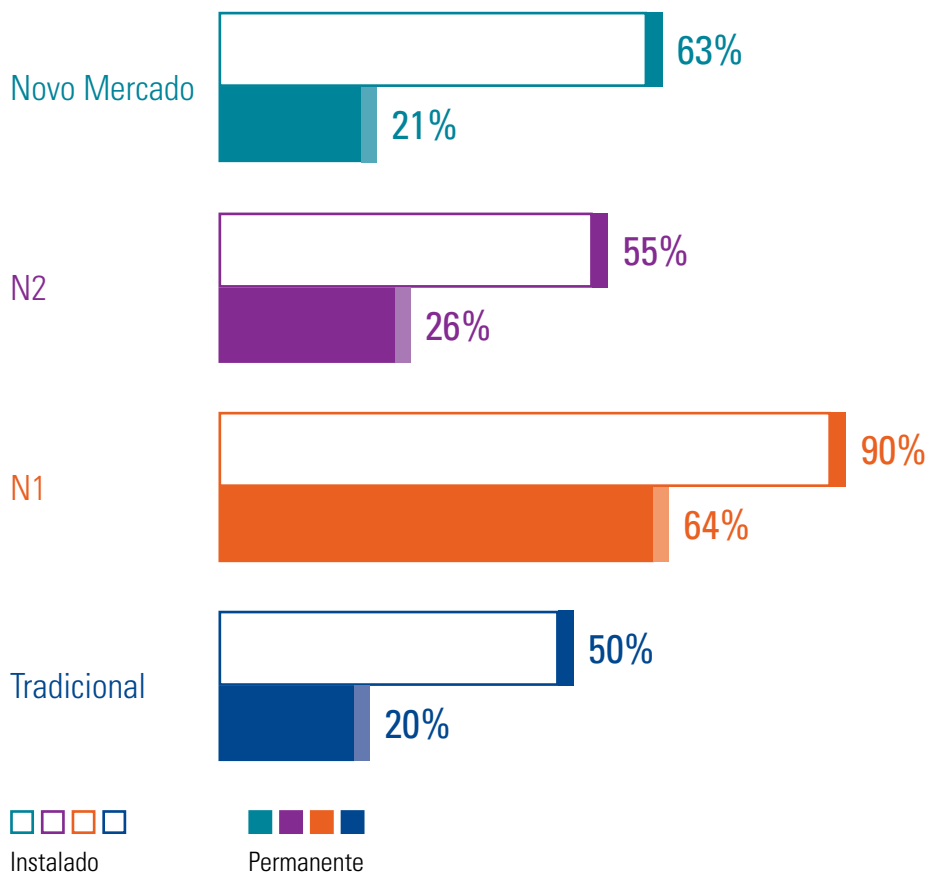
Composição do Comitê de Remuneração

Conselheiros no Comitê de Remuneração

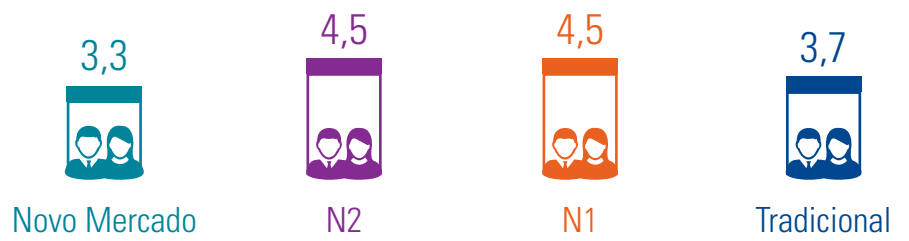


Conselho Fiscal

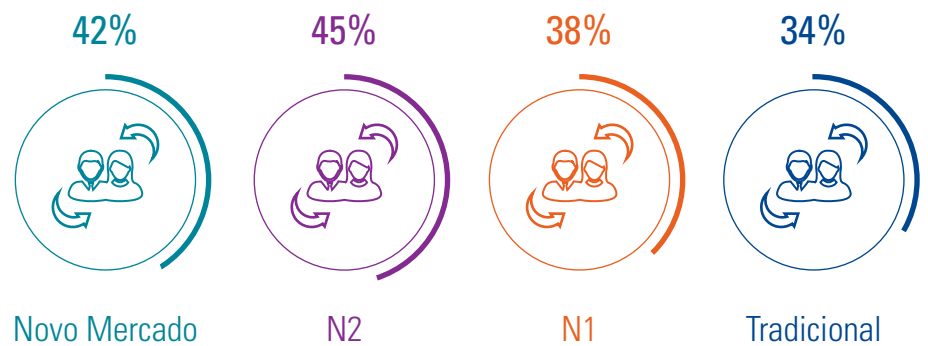
Percentual de empresas que possuem Conselho Fiscal instalado e Conselho Fiscal permanente



Quantidade de membros no Conselho Fiscal

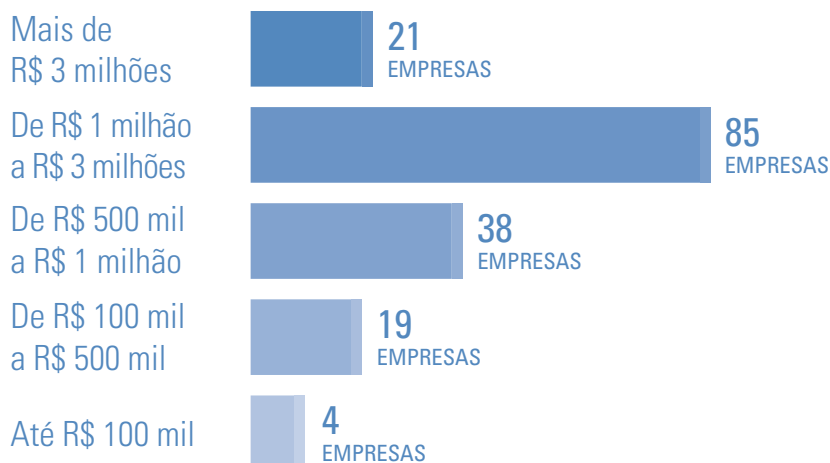


Porcentagem de membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas minoritários



Remuneração dos Administradores

Média de remuneração anual e individual dos membros da Diretoria Executiva

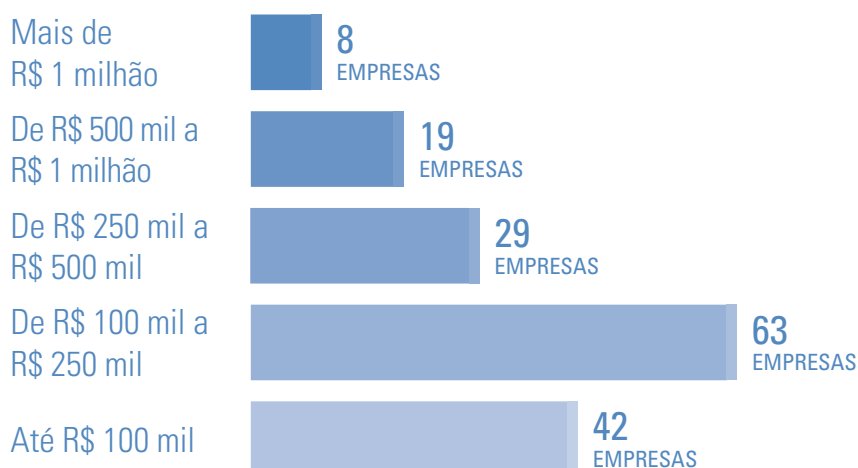


12 empresas não divulgaram a informação, além das 43 empresas que usaram liminar para não divulgar. Cinco empresas divulgaram que seus diretores não são remunerados, ou o são pela holding, coligada, ou similar.

Número de empresas que usaram liminar para não divulgar a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
19	4	12	8	43

Média de remuneração anual e individual dos membros do Conselho de Administração

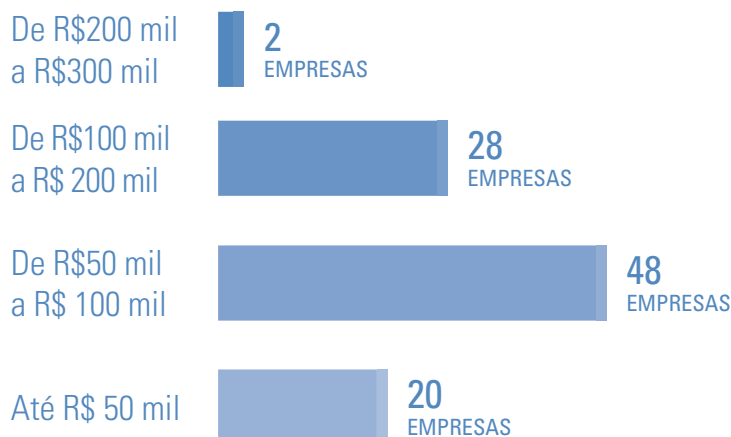


11 empresas não divulgaram a informação, além de 41 empresas que utilizaram liminar. 14 empresas divulgaram que seus conselheiros de administração não são remunerados, ou o são pela holding, coligada, ou similar.

Número de empresas que usaram liminar para não divulgar a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
18	4	12	7	41

Média de remuneração anual e individual dos membros do Conselho Fiscal

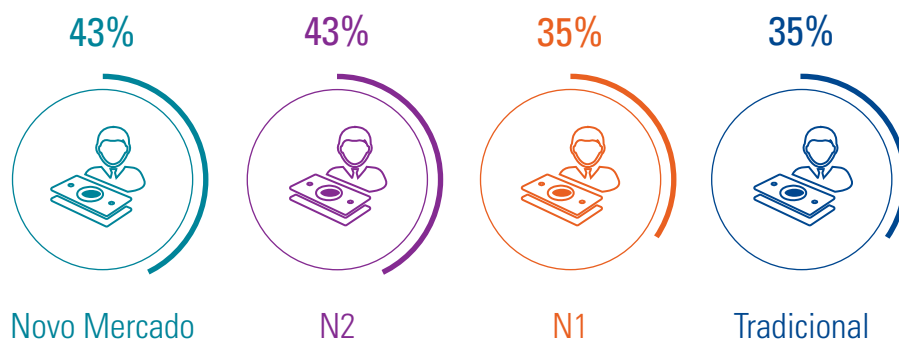


11 empresas não divulgaram a remuneração do Conselho Fiscal, além de 33 que usaram liminar para não divulgar.

Número de empresas que usaram liminar para não divulgar a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
15	2	11	5	33

Porcentagem da remuneração variável* dos membros da Diretoria Executiva em relação à sua remuneração total

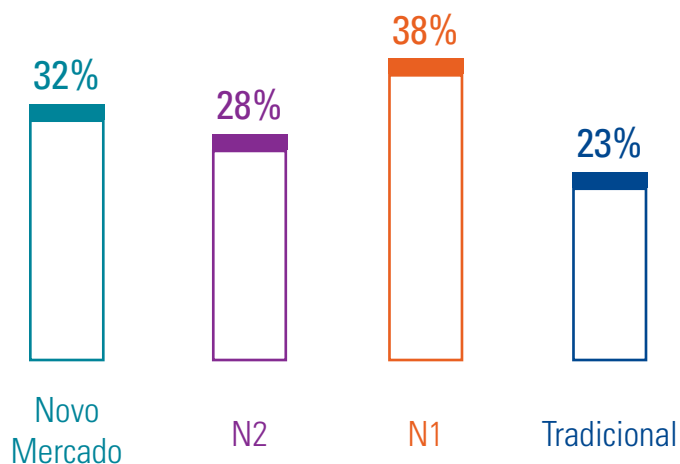


Número de empresas que não divulgaram a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
5	0	1	5	11

*Remuneração variável: bônus, ações, opções de ações, ou outros

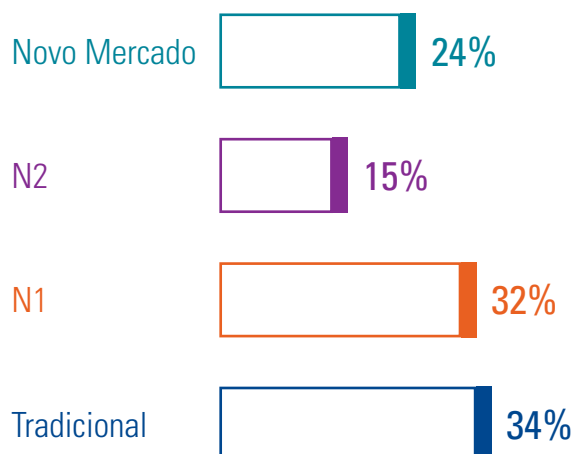
Percentual de empresas em que o Conselho de Administração recebe algum tipo de remuneração variável



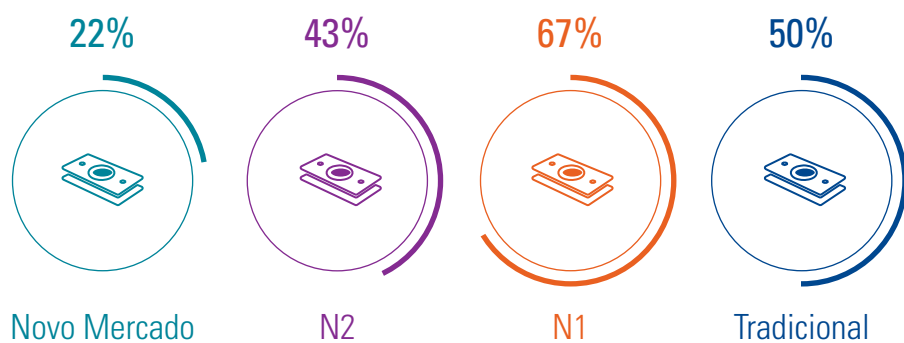
Número de empresas que não divulgaram a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
1	1	0	3	5

Percentual da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração em relação à sua remuneração total nas empresas em que existe esta forma de remuneração

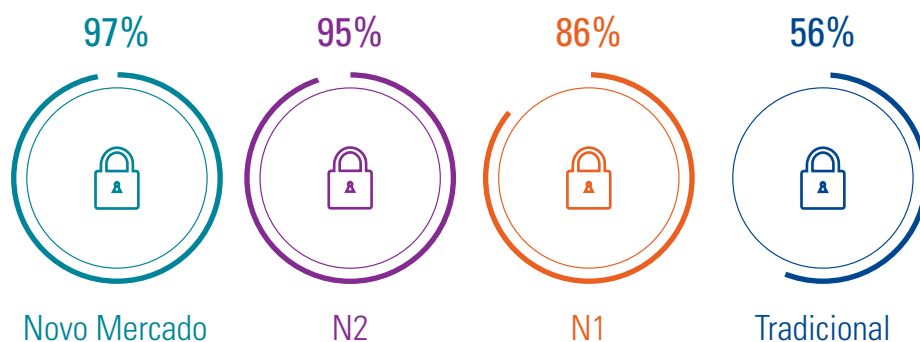


Proporção da remuneração do Conselho de Administração em relação à remuneração da Diretoria Executiva

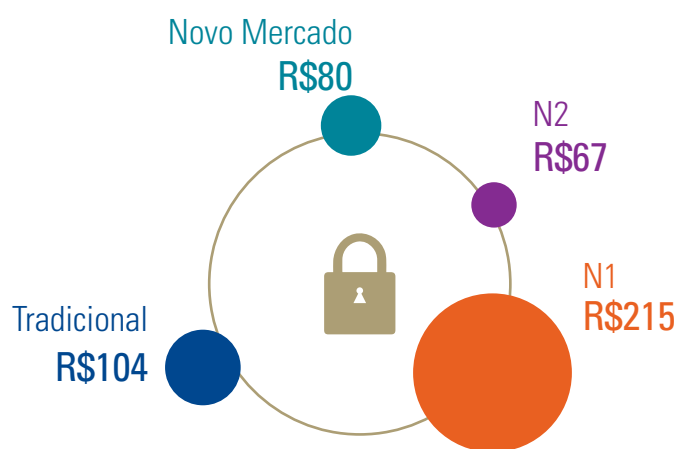


Seguro D&O

Porcentagem de empresas que contratam seguro D&O para seus administradores ou preveem outra forma de reembolso de despesas de processos administrativos ou judiciais decorrentes do exercício de suas funções



Valor médio dos seguros D&O (R\$ milhões)

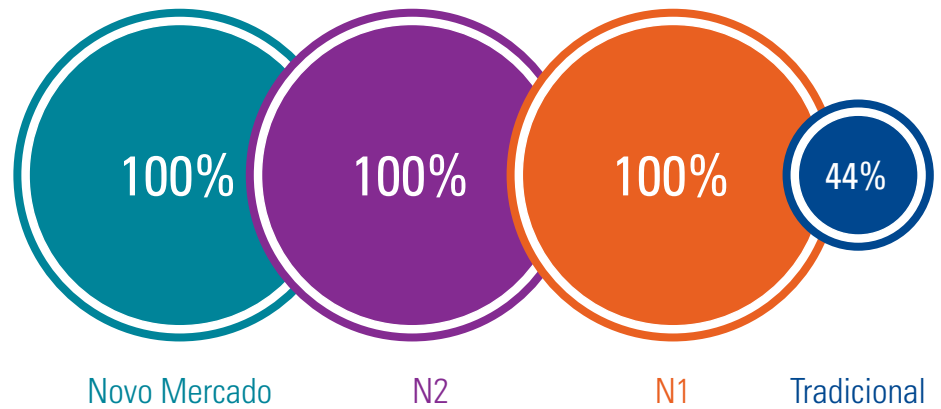


Número de empresas que não divulgaram a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
35	8	11	13	67

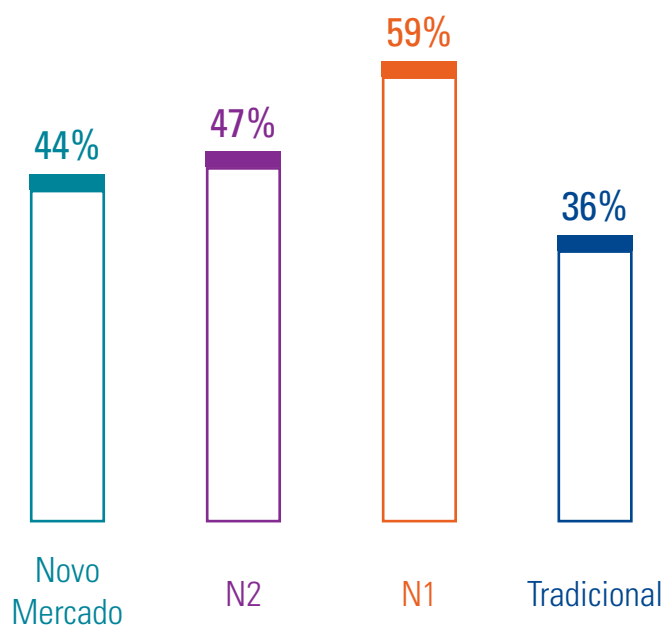
Código de Ética e Conduta

Porcentagem de empresas que divulgam um Código de Ética e/ou Conduta publicamente



Gerenciamento de Riscos

Empresas que possuem uma área específica dentro de sua estrutura organizacional destinada ao controle do gerenciamento dos riscos



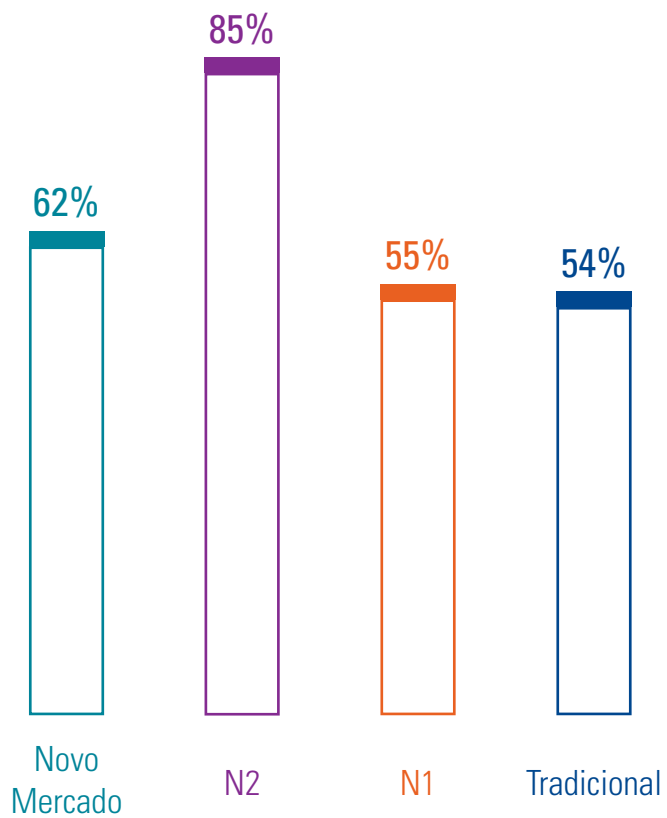
Número de empresas que não divulgaram a informação

Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
10	1	2	8	21



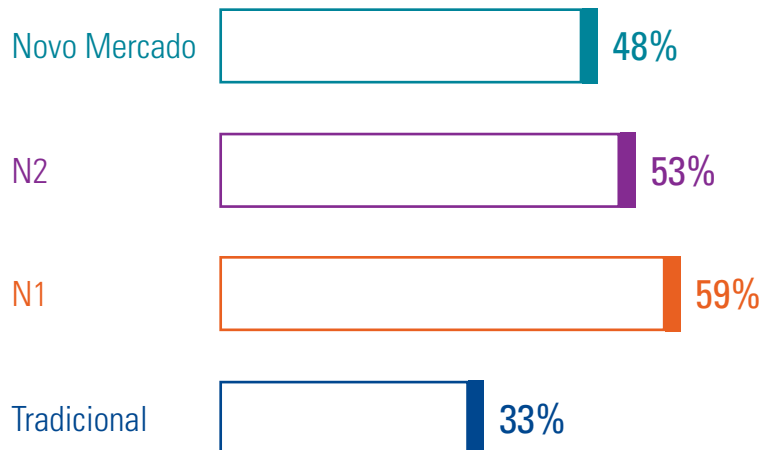
Auditoria Interna

Empresas que divulgam a existência de auditoria interna



Auditoria Independente

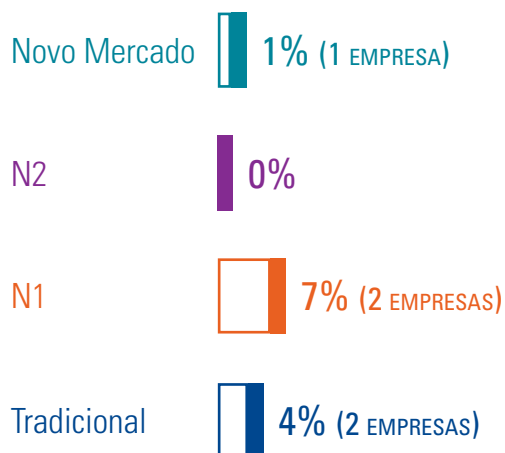
Porcentagem de empresas que contratam outros serviços da firma de auditoria independente, além dos relacionados à auditoria externa



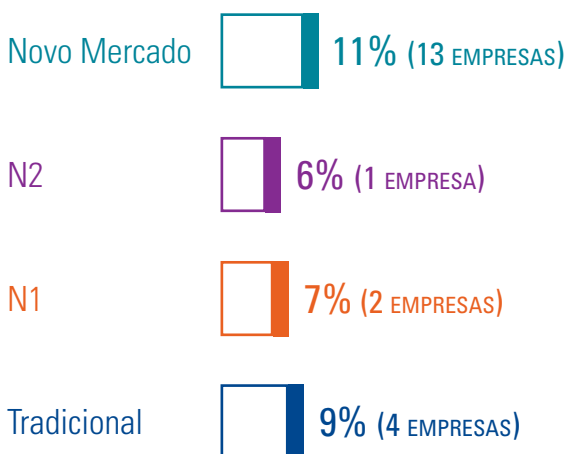
Honorários da auditoria independente

	Novo Mercado	N2	N1	Tradicional
Honorários anuais médios com firma de auditoria independente (R\$ mil)	R\$ 1.595	R\$ 1.343	R\$ 6.594	R\$ 1.794
Outros trabalhos prestados pela firma de auditoria independente (R\$ mil)	R\$ 439	R\$ 262	R\$ 1.199	R\$ 725
Outros trabalhos em relação aos honorários com auditoria independente	28%	20%	18%	40%

Empresas em que o parecer da auditoria independente apresentou ressalva no último ano



Empresas em que houve deficiências ou recomendações sobre os controles internos no parecer do auditor independente e que tenham sido comentados pela diretoria no Formulário de Referência

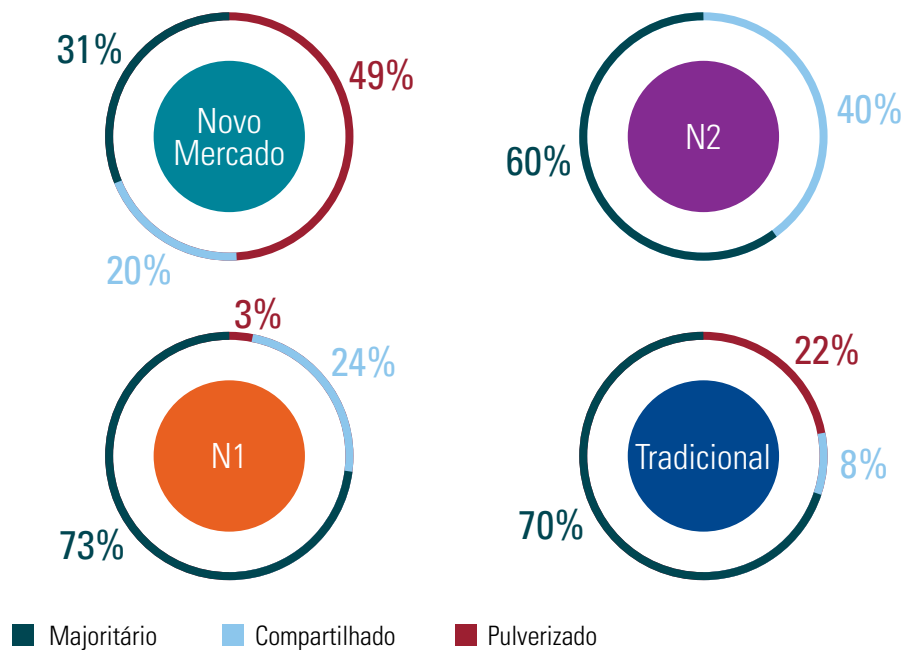


Número de empresas que não divulgaram a informação

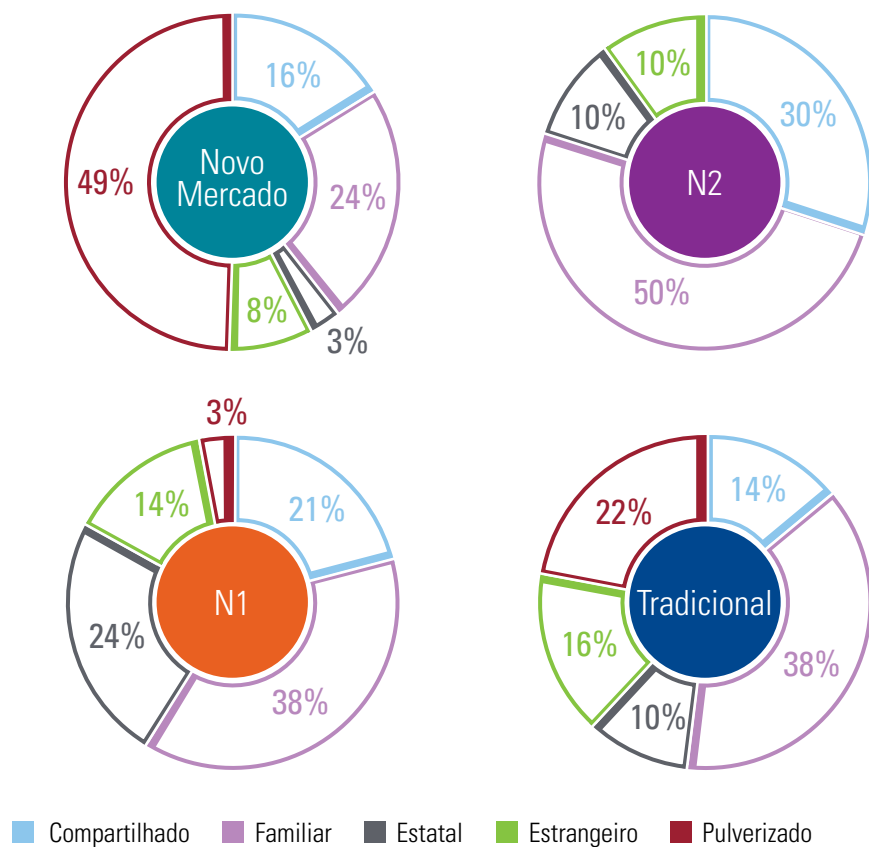
Novo Mercado	N2	N1	Tradicional	Total
13	4	1	4	22

Estrutura de Controle das Empresas

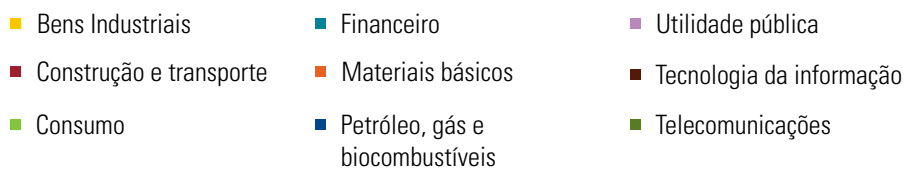
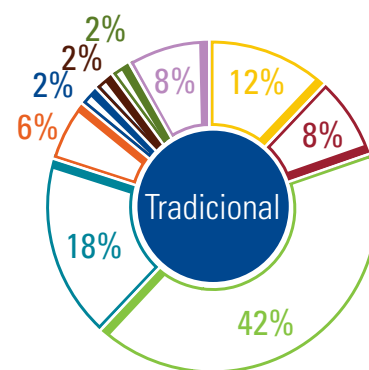
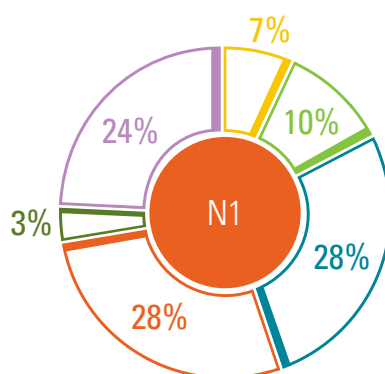
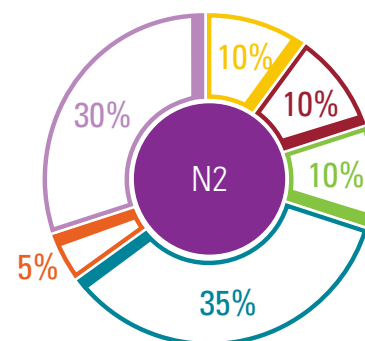
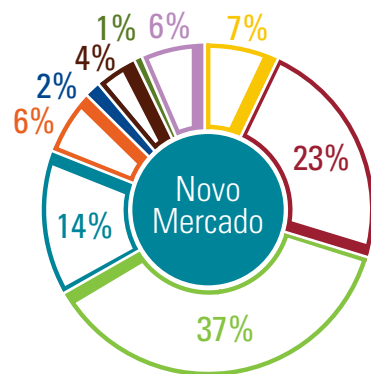
Percentual de empresas que possuem controle majoritário ou compartilhado



Tipo de estrutura de propriedade das empresas



Setores de Atuação das Empresas





COMPARATIVOS

LINHA EVOLUTIVA 10 ANOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Exercer boas práticas de governança tem se tornado um dever cada vez maior, na verdade obrigatório, para as empresas no Brasil, sejam elas públicas ou privadas, abertas ou fechadas. O ACI Institute busca manter-se na vanguarda procurando auxiliar as empresas e respectivos administradores a desenvolver e aplicar estas práticas. As companhias que procuram ter acesso aos mercados de capitais e atrair investidores locais e estrangeiros têm reconhecido o valor que uma estrutura de governança corporativa efetiva e bem aplicada pode trazer para o negócio.

Com a evolução ao longo das dez edições deste estudo, reafirma-se e fortalece-se a comunicação e o engajamento dos agentes de governança, gerando conhecimento que, por sua vez, auxilia na compreensão das muitas temáticas relacionadas a governança corporativa.

Em 11 anos de história, o ACI Institute tem apoiado seus membros e o mercado de forma independente com o conhecimento, o debate e a atualização, fornecendo insights valiosos para os conselheiros de administração, conselheiros fiscais, membros de comitês de auditoria e os próprios investidores e proprietários das empresas. Entendemos a importância da nossa missão de prestador de serviço à comunidade de negócios.



2006



2007



2008



2009



2010



2011



2012



2013



2014



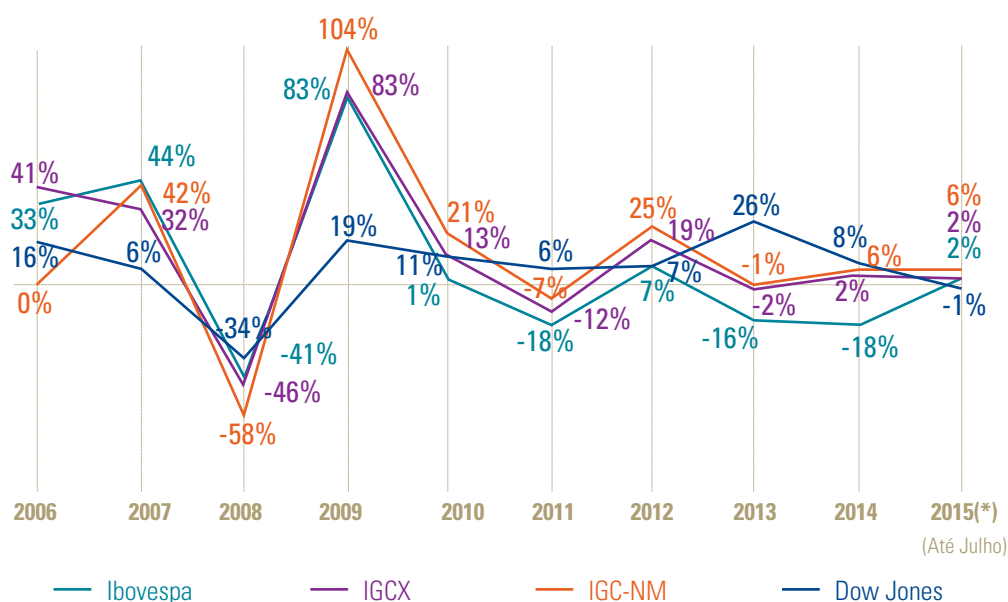
Livro de 10 anos do ACI

Nesta décima edição do nosso estudo, demonstramos o comparativo e variações de diferentes índices de ações no Brasil e no exterior, com o intuito de ilustrar como tais indicadores comportaram-se ao longo dos últimos anos, indicando a saúde e direção do mercado.

Para fins de comparação, selecionamos 4 índices: Ibovespa, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – Novo Mercado (IGC-NM), e Dow Jones Industrial Average (DJIA).

O gráfico abaixo mostra a variação anual percentual dos 4 índices, de 2006 até julho de 2015.

Variação anual

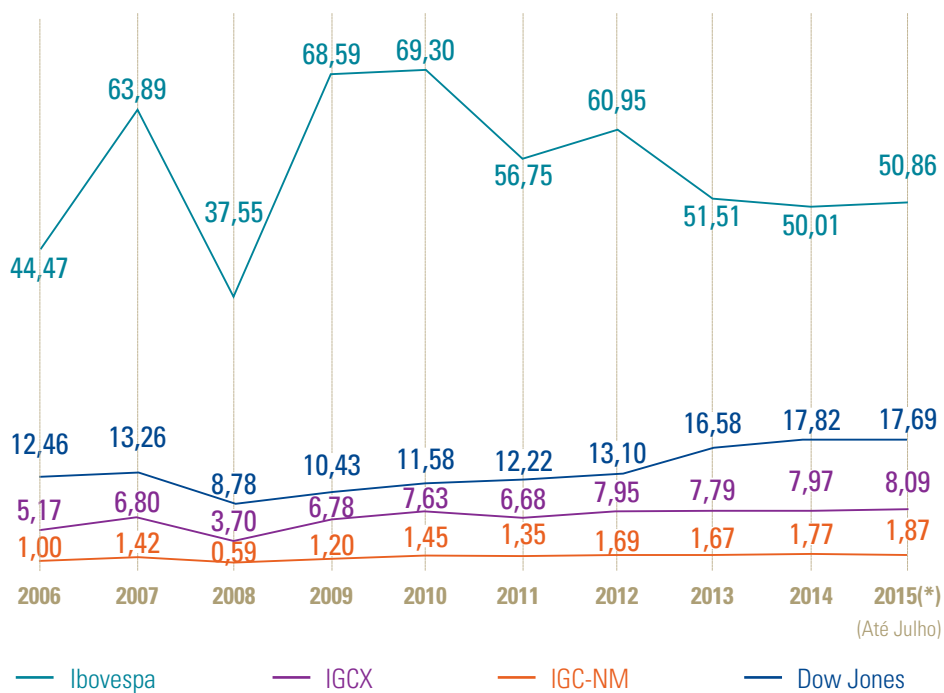


Variação entre 2006 e 2015*

Índice	Variação entre 2006 e 2015*
Ibovespa	14,37%
IGCX	56,50%
IGC-NM	87,40%
Dow Jones	41,94%

(*) Até Julho

Abaixo, a variação em pontos dos 4 índices de ações entre 2006 e julho de 2015.



METODOLOGIA DOS ÍNDICES ANALISADOS

IBOVESPA

Para compor o Ibovespa, os ativos devem atender cumulativamente aos seguintes critérios de inclusão: (1) estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 85% do somatório total desses indicadores; (2) ter presença em pregão de 95% no período de vigência das 3 carteiras anteriores; (3) ter participação em termos de volume financeiro maior ou igual a 0,1%, no mercado a vista (lote-padrão), no período de vigência das 3 carteiras anteriores, e (4) não ser classificado como "Penny Stock". Um ativo que seja objeto de Oferta Pública realizada durante o período de vigência das 3 carteiras anteriores ao rebalanceamento será elegível, mesmo sem estar listado todo o período, desde que: a Oferta Pública de distribuição de ações ou *units*, conforme o caso, tenha sido realizada antes do rebalanceamento imediatamente anterior; possua 95% de presença desde seu início de negociação e atenda cumulativamente aos critérios (1), (3) e (4).

IGCX

São incluídas na carteira do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), todas as empresas admitidas à negociação no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 da BM&FBOVESPA. Os procedimentos para a inclusão de uma ação no índice, em caso de ações de novas empresas, obedecem a regra na qual serão incluídas após o encerramento do primeiro pregão regular de negociação. Em caso de Ações de empresas já negociadas na BM&FBOVESPA, serão incluídas após o encerramento do pregão anterior ao seu início de negociação no Novo Mercado ou Nível 1 ou 2. Uma vez a empresa tendo aderido aos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA, todos os tipos de ações de sua emissão participarão da carteira do índice, exceto se sua liquidez for considerada muito estreita. Os negócios diretos não são considerados para efeito do cômputo da liquidez.

IGC-NM

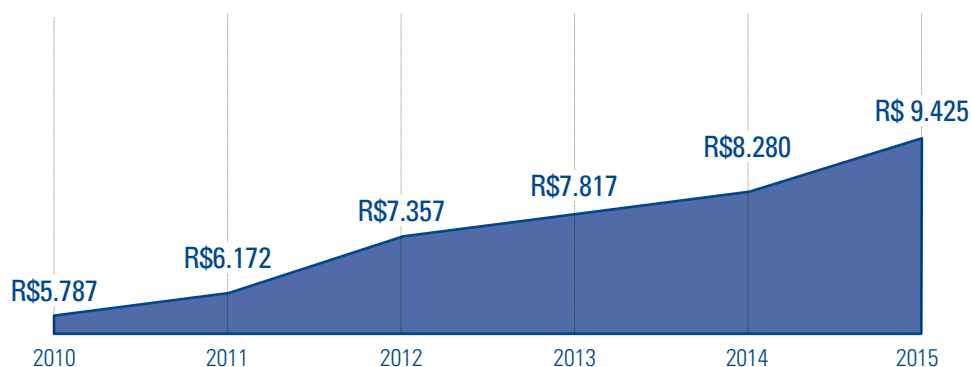
São elegíveis para inclusão na carteira teórica do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – Novo Mercado (IGC- NM), todas as ações emitidas por empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Os procedimentos para a inclusão, em caso de ações de novas empresas, obedecem a regra na qual serão incluídas após o encerramento do primeiro pregão regular de negociação. Em caso de Ações de empresas já negociadas na BM&FBOVESPA, serão incluídas após o encerramento do pregão anterior a seu início de negociação no Novo Mercado.

DOW JONES

O cálculo do índice "Dow Jones Industrial Average" (DJIA) é baseado na cotação das ações de 30 das maiores e mais importantes empresas listadas dos EUA, escolhidas pelos editores do The Wall Street Journal. As empresas que compõem o indicador DJIA são ocasionalmente substituídas para acompanhar as mudanças do mercado. Quando isso acontece, um fator de escala é usado para ajustar os valores do índice, para que estes não sejam diretamente afetados pela mudança. Sua composição considera na seleção de suas ações a boa reputação da companhia, a demonstração contínua de seu crescimento, seu interesse em obter um grande número de investidores e, principalmente, se sua postura adequa-se ao setor.

Os gráficos a seguir traçam uma linha evolutiva das principais questões relacionadas a governança dos últimos anos com base nos dados das edições anteriores de nosso estudo A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais.

Receita Líquida (média - R\$ milhões)



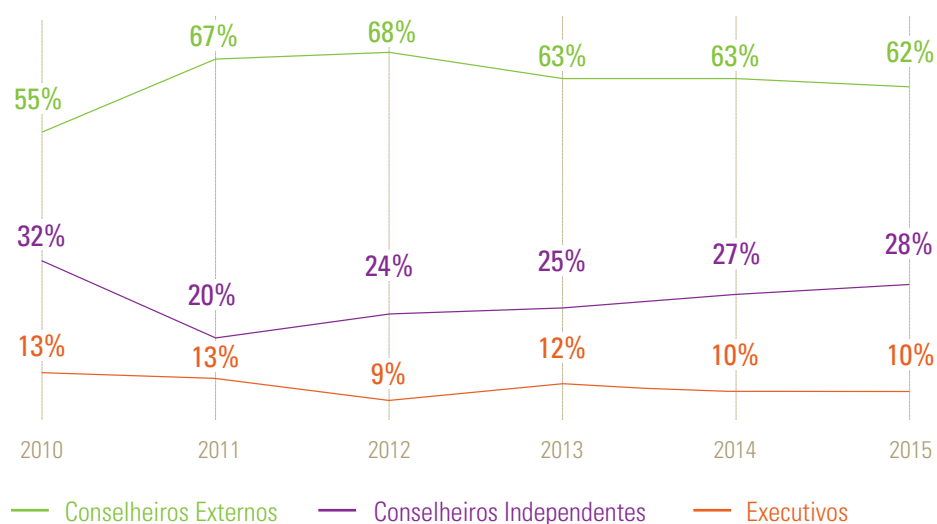
Quantidade de
**membros no Conselho
de Administração**



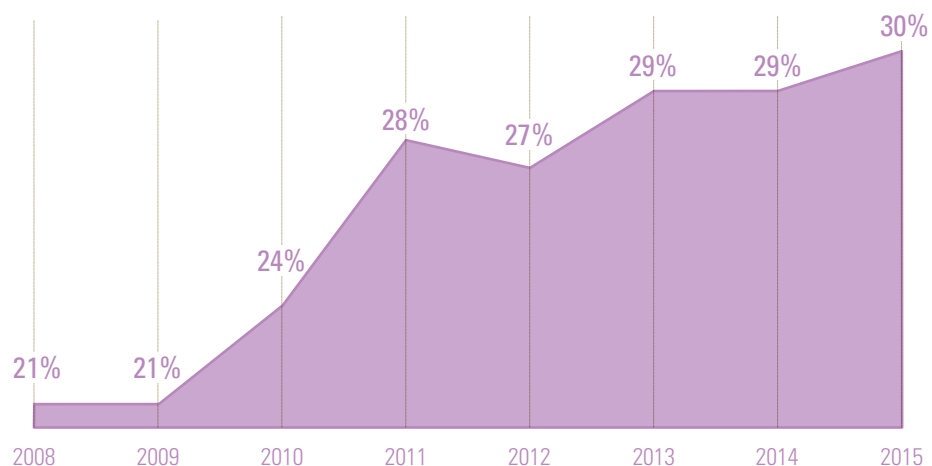
7,5

é a média de membros de conselho de administração entre 2008 e 2015.

Composição do Conselho de Administração



Porcentagem de conselheiros indicados pelos acionistas minoritários



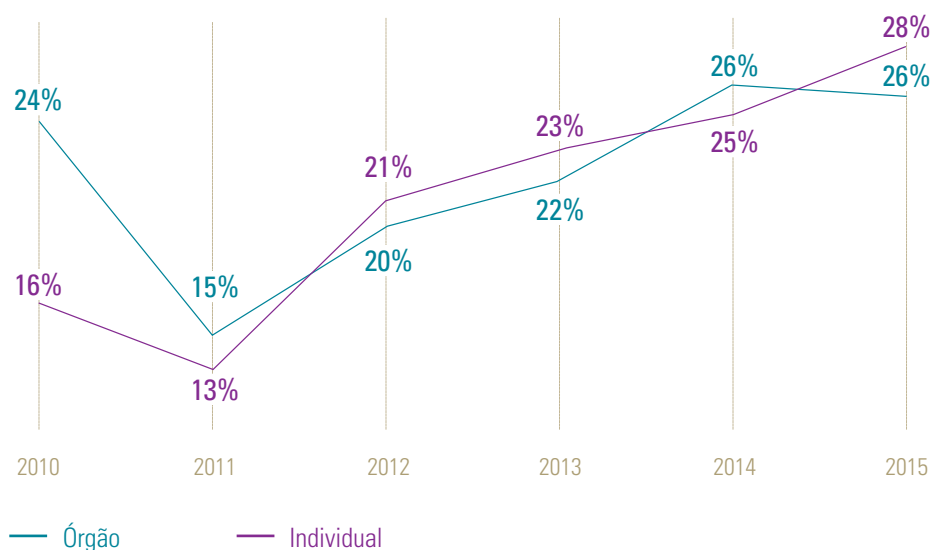
Número de **reuniões**
do **Conselho de**
Administração por ano



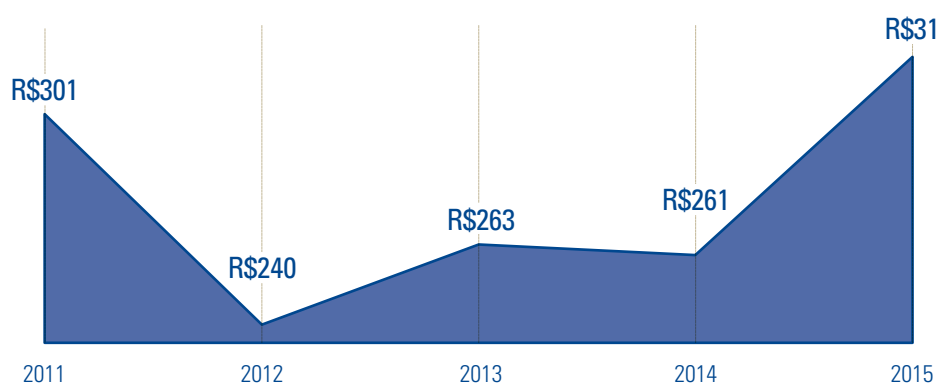
6,7

é a média de reuniões do Conselho de Administração por ano, de 2010 a 2015.

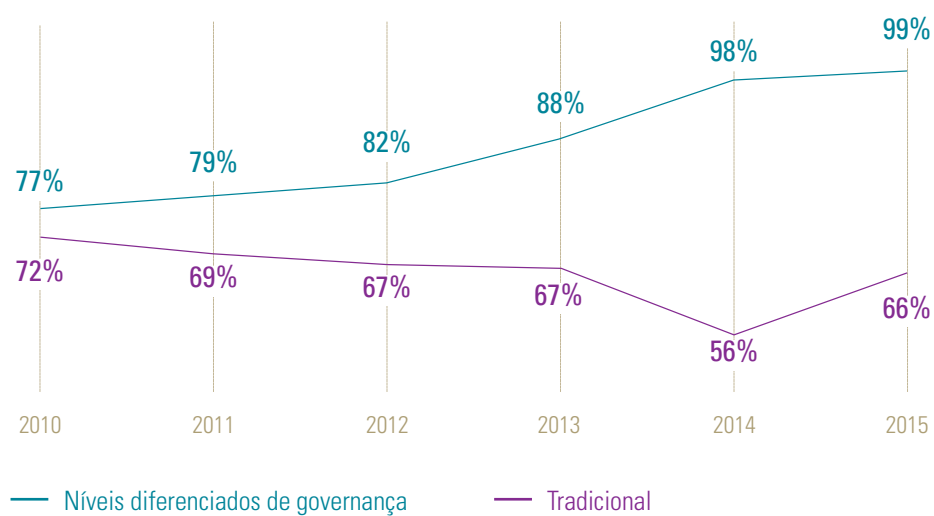
Porcentagem de empresas em que o Conselho de Administração avalia periódica e formalmente o desempenho do órgão e de seus conselheiros individualmente



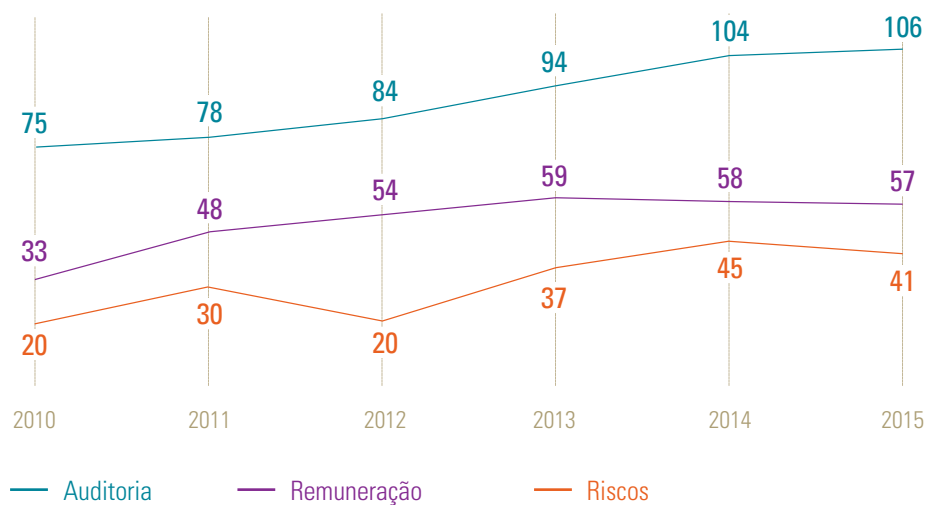
Média da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração (média por membro - R\$ mil)



Porcentagem de empresas em que os cargos de Presidente Executivo (CEO) e Presidente do Conselho de Administração (Chairman) são ocupados por pessoas diferentes



Quantidade de empresas que possuem Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Riscos



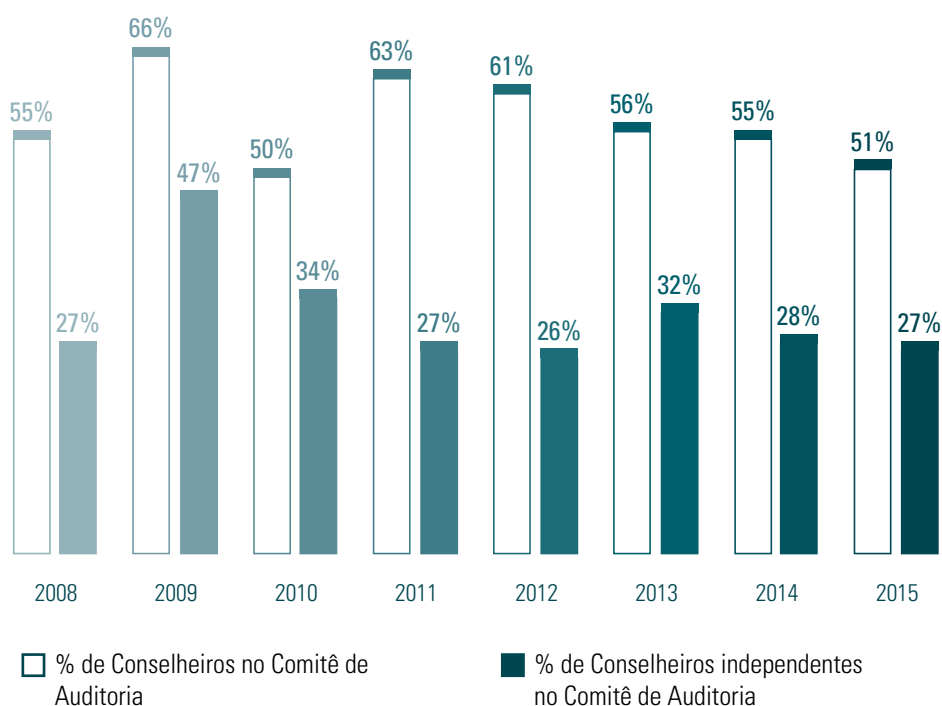
Quantidade de **membros** que compõem o **Comitê de Auditoria**



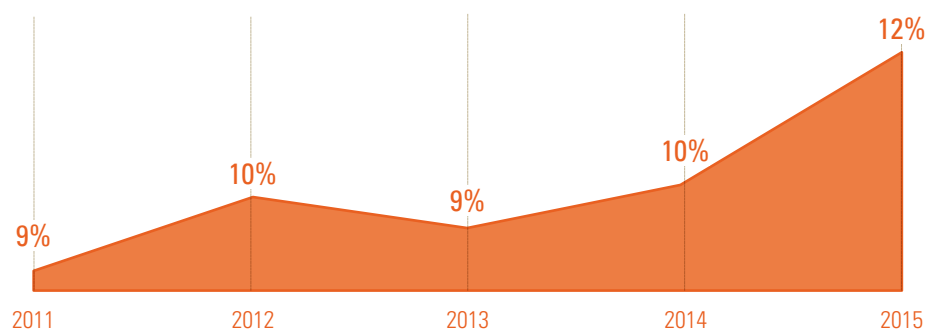
3,5

é a média de membros de comitê de auditoria entre 2007 e 2015.

Comitê de Auditoria



Porcentagem de empresas que possuem cumulativamente o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal permanente



Quantidade de **membros** que compõem o **Comitê de Remuneração**

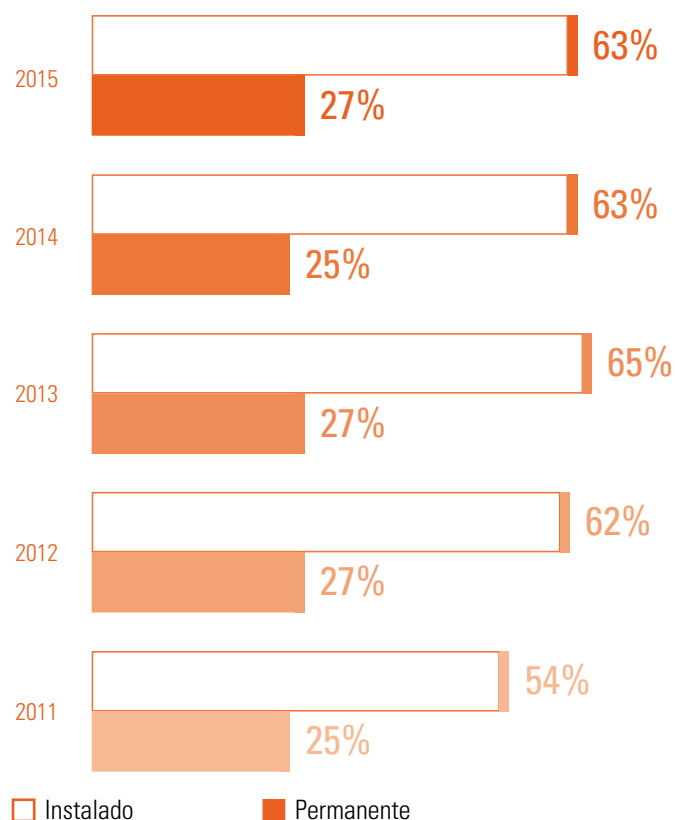


3,7

é a média de membros de comitê de remuneração entre 2010 e 2015.



Percentual de empresas que possuem o Conselho Fiscal instalado e o Conselho Fiscal permanente

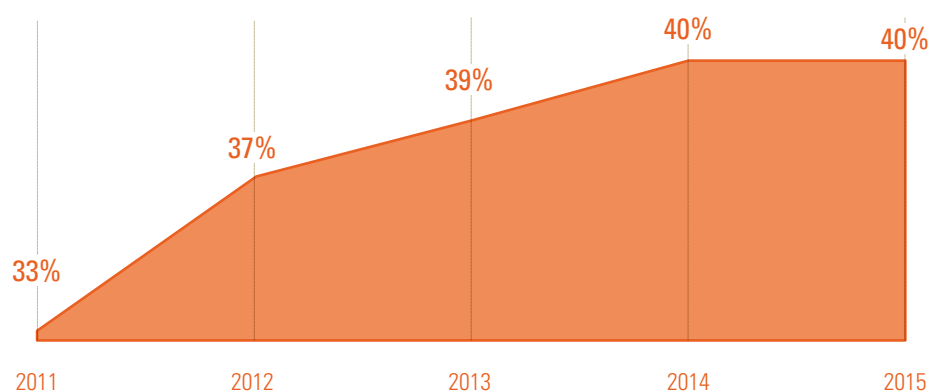


Quantidade de
membros no
Conselho Fiscal

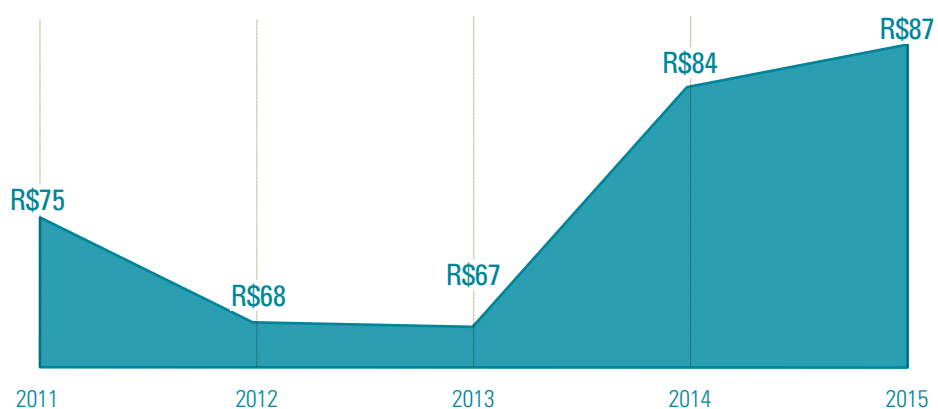


3,7
é a média de membros de conselho
fiscal entre 2011 e 2015.

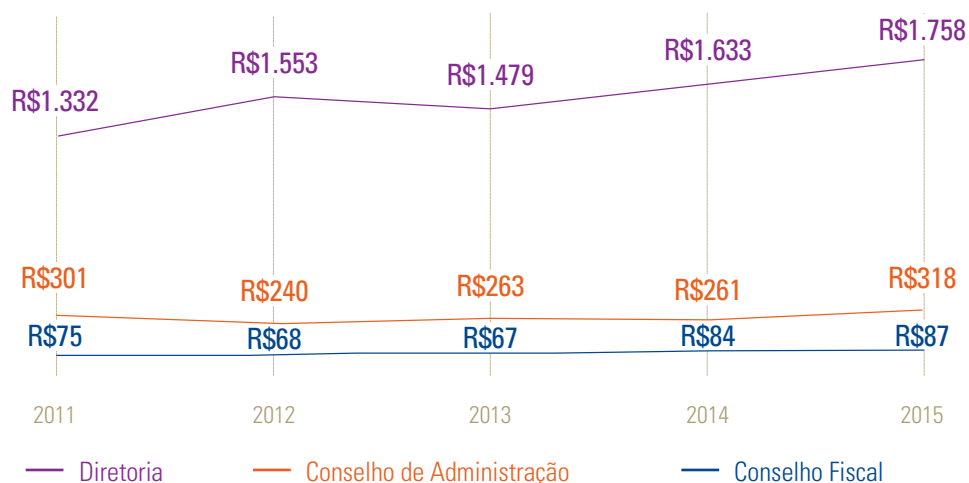
Porcentagem de membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas minoritários



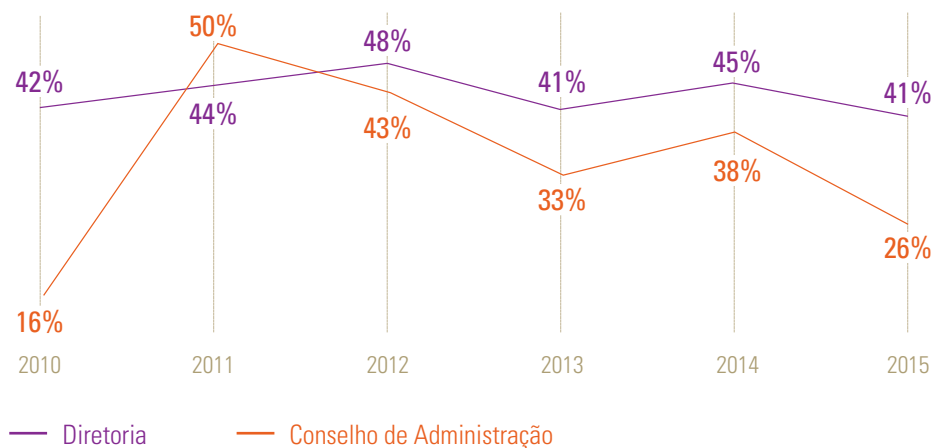
Média da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal (média por membro - R\$ mil)



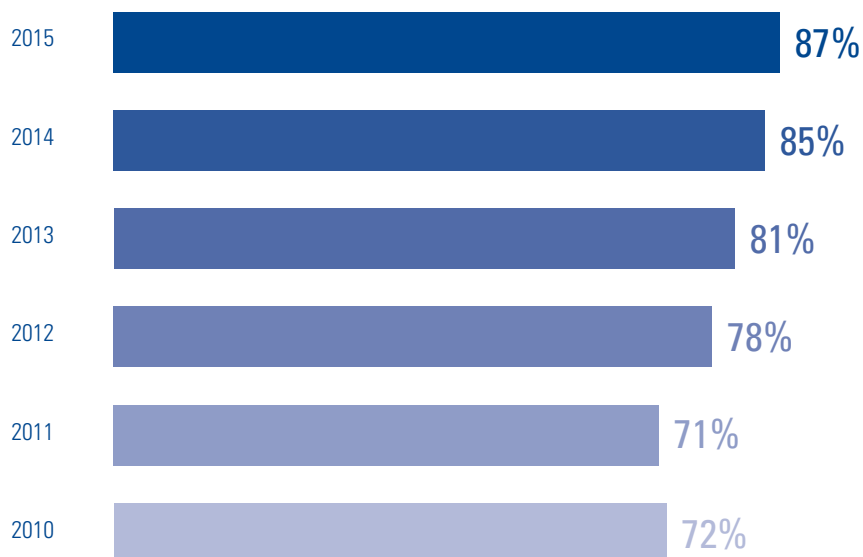
Média da remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (média por membro - R\$ mil)



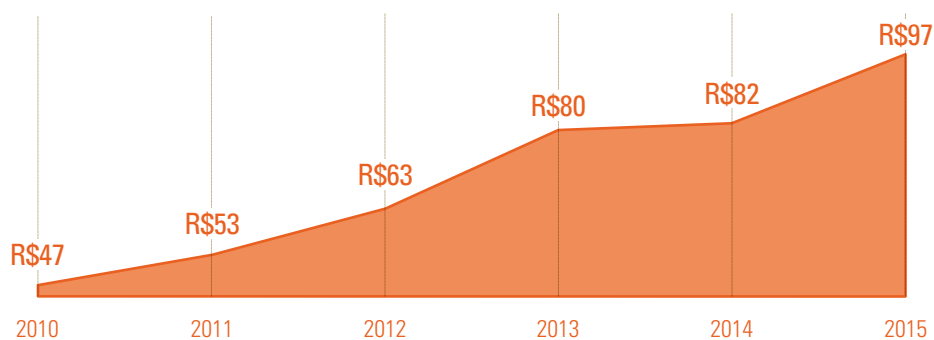
Porcentagem da remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração em relação à sua remuneração total



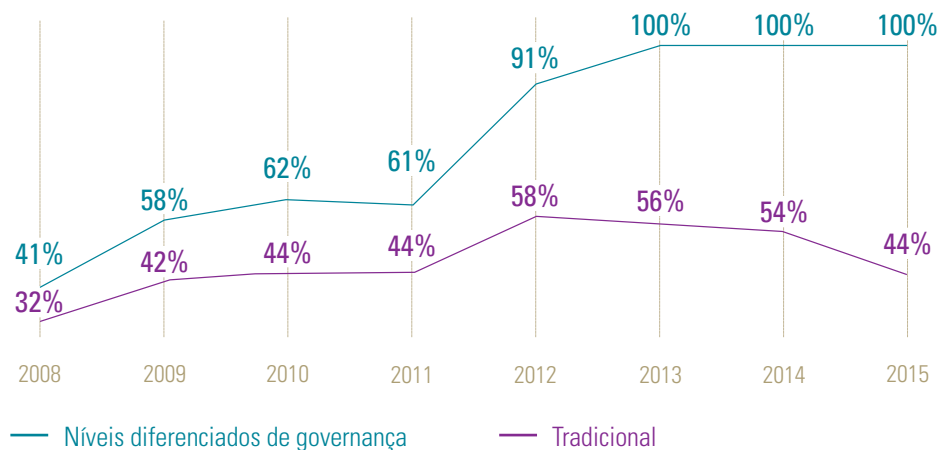
Porcentagem de empresas que contratam seguro D&O para seus conselheiros e diretores, ou preveem outra forma de reembolso de despesas de processos administrativos ou judiciais decorrentes do exercício de suas funções



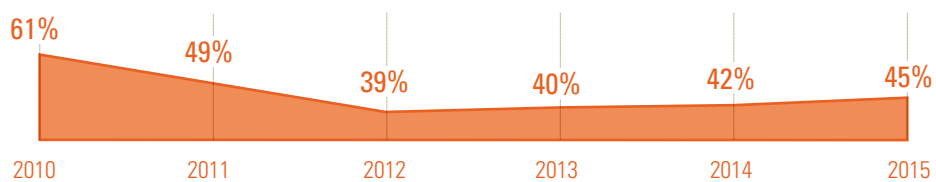
Valor médio de cobertura do seguro D&O (R\$ milhões)



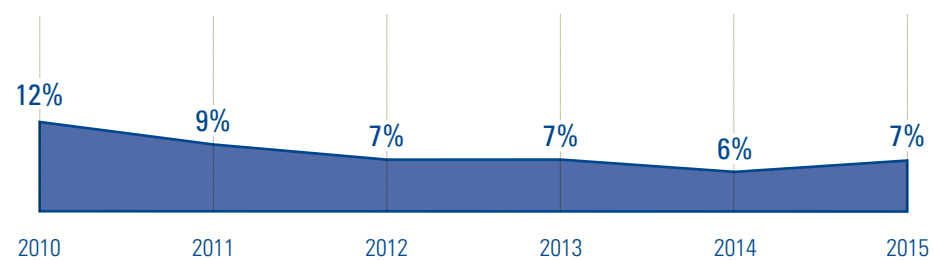
Porcentagem de empresas que divulgam um Código de Ética e Conduta



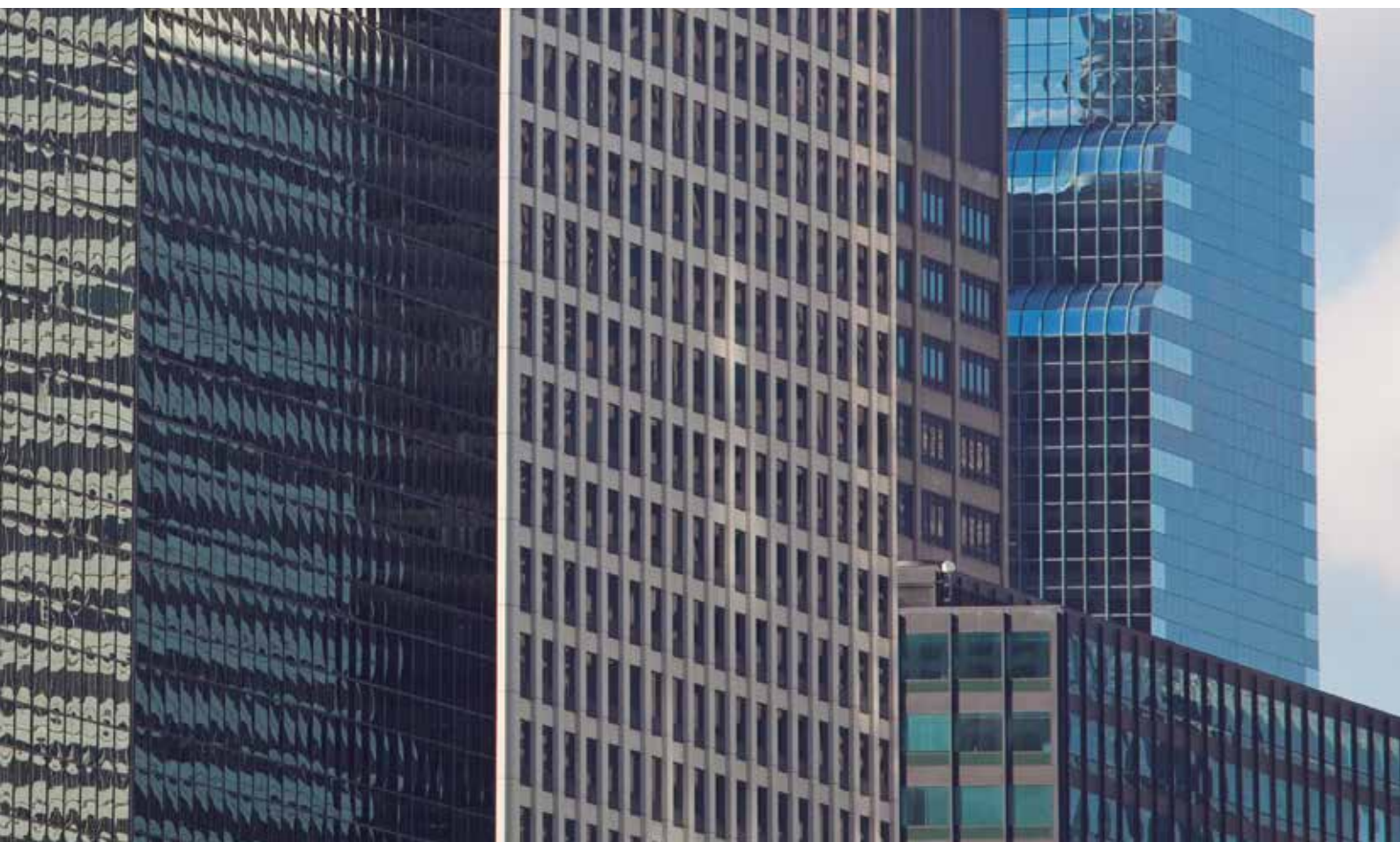
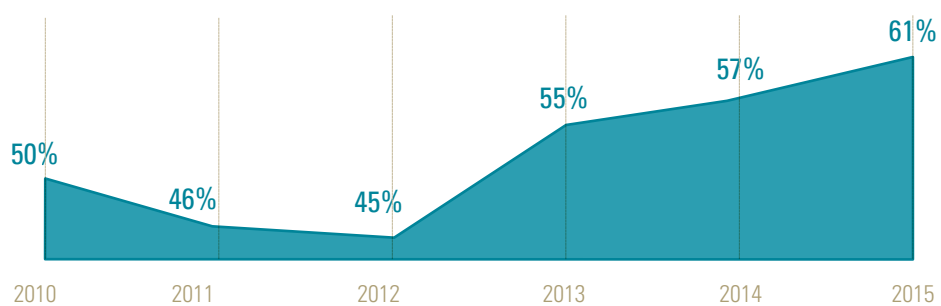
Empresas que possuem uma área específica dentro de sua estrutura organizacional destinada ao controle do gerenciamento dos riscos



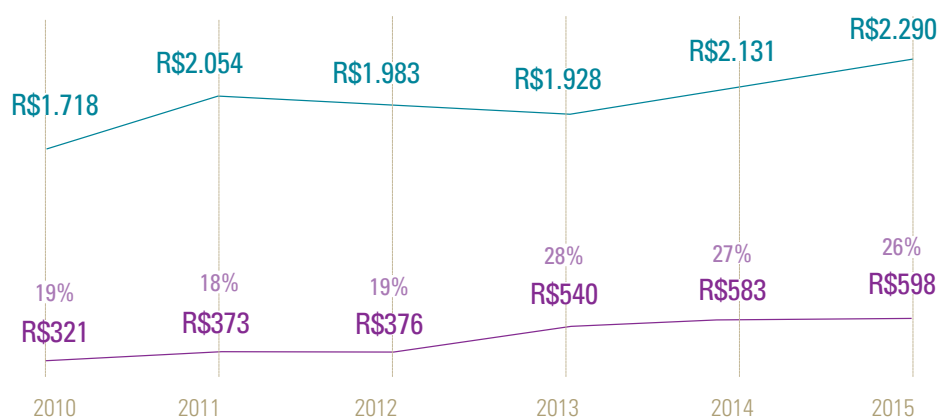
Porcentagem de empresas que reportaram expectativa de aumento de exposição em relação aos seus riscos relevantes.



Empresas que divulgam a existência de auditoria interna



Honorários da auditoria independente

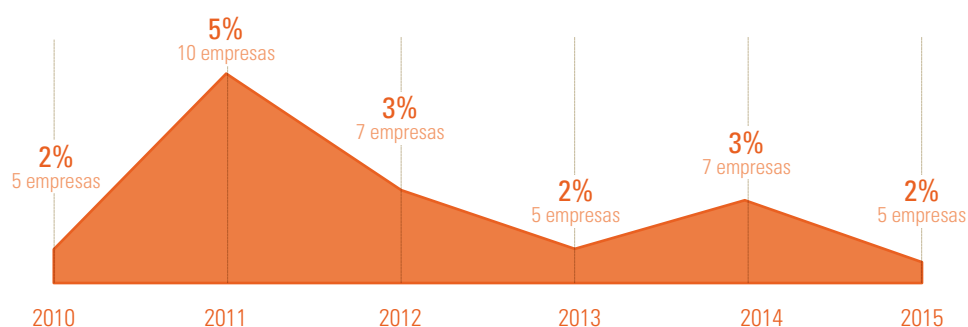


Honorários anuais médios com empresa de auditoria independente (R\$ Mil)

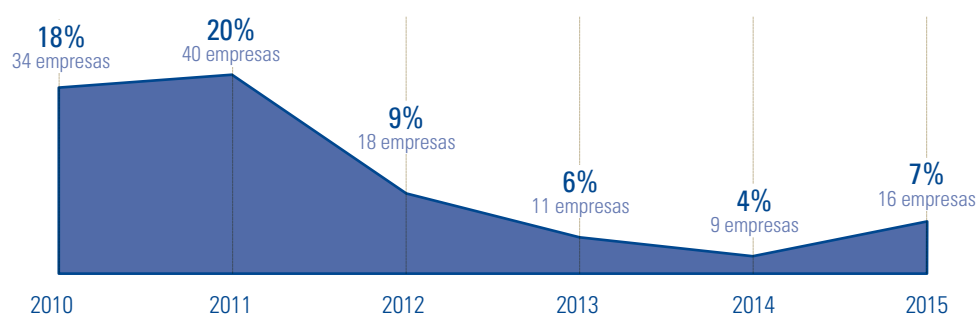
Outros trabalhos prestados pela firma de auditoria independente (R\$ Mil)

Anos	Honorários anuais médios com empresa de auditoria independente (R\$ Mil)	Outros trabalhos prestados pela firma de auditoria independente (R\$ Mil)	Outros trabalhos em relação aos honorários com auditoria independente
2015	2.290	598	26%
2014	2.131	583	27%
2013	1.928	540	28%
2012	1.983	376	19%
2011	2.054	373	18%
2010	1.718	321	19%

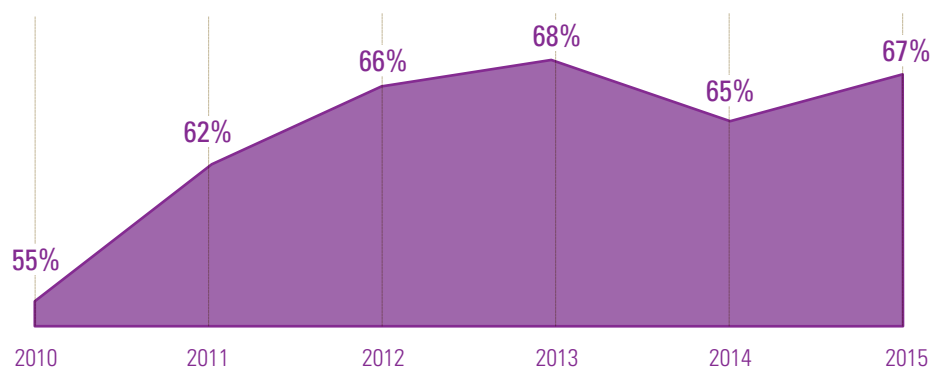
Empresas em que o parecer da auditoria independente apresentou ressalva no último ano



Empresas em que houve deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos no parecer do auditor independente e que tenham sido comentados pela diretoria no Formulário de Referência



Percentual de empresas que possuem controle majoritário ou compartilhado



Distribuição Geográfica das Empresas Analisadas em 2015



Total: 227 empresas

AC	1	DF	5	PA	1	RN	1	
AM	2	ES	2	PE	1	RS	15	
BA	4	MA	1	PR	9	SC	11	
CE	3	MG	13	RJ	36	SP	122	
							Total	227



EMPRESAS DO ESTUDO 2015

NOVO MERCADO

- Abril Educação
- Aliance Shopping Centers
- Arezzo Indústria e Comércio
- Arteris
- B2W - Companhia Digital
- Banco do Brasil
- BB Seguridade Participações
- Bematech
- Biosev
- BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
- BR Malls Participações
- BR Properties
- Brasil Brokers Participações
- Brasil Insurance Participações e Administração
- Brasil Pharma
- Brasilagro - Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas
- BRF - Brasil Foods
- CCX Carvão da Colômbia
- CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivados
- Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
- Cia. de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
- Cia. Hering
- Cia. Providência Indústria e Comércio Cielo
- Companhia De Concessões Rodoviárias - CCR
- Companhia de Locação das Américas
- Cosan Logística
- Cosan Indústria e Comércio
- CPFL Energia
- CPFL Energias Renováveis
- CR2 - Empreendimentos Imobiliários
- CSU Cardsystem
- CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens
- Cyrela Brazil Realty Empreendimentos e Participações
- Cyrela Commercial Properties - CCP
- Diagnósticos da América
- Direcional Engenharia
- Duratex
- Ecorodovias Infraestrutura e Logística
- EDP - Energias do Brasil
- Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica
- Equatorial Energia
- Estácio Participações
- Eternit
- Even Construtora e Incorporadora
- EZTEC Empreendimentos e Participações
- Fertilizantes Heringer
- Fíbria Celulose
- Fleury
- Gaec Educação
- Gafisa
- General Shopping Brasil
- Grendene
- Helbor Empreendimentos
- Hypermarcas
- Ideiasnet
- Iguatemi Empresa de Shopping Centers
- Indústrias Romi
- International Meal Company Alimentação
- Iochpe Maxion
- JBS
- JHSF Participações
- Júlio Simões Logística - JSL
- Kroton Educacional
- Light
- Linx

- Localiza Rent a Car
- Log-In Logística Intermodal
- Lojas Renner
- LPS Brasil - Consultoria de Imóveis - Lopes Brasil
- M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos
- Magazine Luiza
- Magnesita Refratários
- Mahle Metal Leve
- Marfrig Global Foods
- Marisa Lojas
- Metalfrio Solutions
- Mills Estruturas e Serviços de Engenharia
- Minerva
- MMX Mineração e Metálicos
- MRV Engenharia e Participações
- Multiplus
- Natura Cosméticos
- Odontoprev
- Ouro Fino Saúde Animal Participações
- Paranapanema
- PDG Realty Empreendimentos e Participações
- Petro Rio
- Porto Seguro
- Portobello
- Positivo Informática
- Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos
- Prumo Logística
- QGEP Participações
- Qualicorp
- Raia Drogasil
- Renar Maçãs
- Restoque Comércio e Confecções de Roupas
- Rodobens Negócios Imobiliários
- Rossi Residencial
- Rumo Logística Operadora Multimodal
- São Carlos Empreendimentos e Participações
- São Martinho
- Ser Educacional
- SLC Agrícola
- Smiles
- Sonae Sierra Brasil
- Springs Global Participações
- T4F - Time For Fun Entretenimento
- Tarpon Investimentos
- Technos
- Technisa
- Tegma Gestão Logística
- Tempo Participações
- Tereos Internacional
- Tim Participações
- Totvs
- TPI - Triunfo Participações e Investimentos
- Tractebel Energia
- Trisul
- Tupy
- Ultrapar Participações
- Unicasa Indústria de Móveis
- VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação
- Vanguarda Agro
- Vigor Alimentos
- Viver Incorporadora e Construtora
- Weg

NÍVEL 2

- Alupar Investimentos
- Banco ABC Brasil
- Banco Daycoval
- Banco Indusval
- Banco Pine
- Banco Sofisa
- Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC
- Contax Participações
- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo
- Forjas Taurus
- Gol Linhas Aéreas Inteligentes
- Klabin
- Marcopolo
- Multiplan Empreendimentos Imobiliários
- Renova Energia
- Santos Brasil Participações
- Saraiva Livreiros Editores
- Sul América
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA
- Via Varejo

NÍVEL 1

- Alpargatas
- Banco Bradesco
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL
- Banco Industrial e Comercial - BICBANCO
- Banco Pan
- Bradespar
- Braskem
- Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS
- Cia. Brasileira de Distribuição - Grupo Pão de Açúcar
- Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
- Cia. Energética de Minas Gerais - CEMIG
- Cia. Energética de São Paulo - CESP
- Cia. Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D
- Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT
- Cia. Ferro Ligas Bahia - FERBASA
- Cia. Paranaense de Energia - COPEL
- CTEEP - Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
- Eucatex Indústria e Comércio
- Frax-le
- Gerdau
- Itaú Unibanco Holding
- ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ
- Metalúrgica Gerdau
- Oi
- Paraná Banco
- Randon Implementos e Participações
- Suzano Papel e Celulose
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - USIMINAS
- Vale

TRADICIONAL

- AES Tietê
- Banco Alfa de Investimento
- Banco da Amazônia
- Banco Santander (Brasil)
- BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo
- Battistella Administração e Participações
- Brasmotor
- Brookfield Incorporações
- BTG Pactual Participations Ltd
- Cambuci
- Cia. de Bebidas das Américas - AMBEV
- Cia. de Gás de São Paulo - COMGÁS
- Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR
- Cia. de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
- Cia. Energética do Ceará - COELCE
- Cia. Siderúrgica Nacional - Sid Nacional - CSN
- Cobrasma
- Construtora Lix da Cunha
- Cosan Limited
- Dimed - Distribuidora de Medicamentos
- DTCCOM - Direct to Company
- Dufry A.G.
- Financeira Alfa
- GP Investments Ltd
- Graziotin
- Guararapes Confecções
- Haga Indústria e Comércio
- Hércules - Fábrica de Talheres
- Hotéis Othon
- IGB Eletrônica
- Indústrias José Batista Duarte
- Karsten
- Kepler Weber
- Lojas Americanas
- Manufatura de Brinquedos Estrela
- Metalgráfica Iguaçu
- Minupar Participações
- Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS
- Plascar Participações Industriais
- Recrusul
- Schulz
- Souza Cruz
- Tec Toy
- Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS
- Telefônica Brasil
- Têxtil Renauxview
- Unipar Carbocloro
- Vulcabras
- Whirlpool
- Wilson Sons Limited

Quantidade de empresas por segmento

Ano	Novo Mercado	N2	N1	Tradicional
2015	128*	20	29*	50

*Não foram incluídas as 4 empresas do Novo Mercado e uma do Nível 1 em recuperação judicial

Empresas que mudaram de nível de listagem em 2015

Empresa	Nível de listagem em 2015	Nível de listagem em 2014
Abril Educação	Novo Mercado	N2
Santander	Tradicional	
Brookfield Incorporações	Tradicional	Novo Mercado

Empresas analisadas em 2015 que não constavam no estudo anterior

Empresa	Nível de listagem
Cobrasma	Tradicional
DTCOM - Direct to Company	
Recrusul	
Cambuci	
IGB Eletrônica	
Karsten	
Têxtil Renauxview	
Banco Alfa de Investimento	
Banco da Amazônia	
Rumo Logística Operadora Multimodal	
Cosan Logística	
Ouro Fino Saúde Animal Participações	

Empresas que deixaram de ser analisadas no estudo 2015

Empresa	Nível de listagem em 2014	Motivo
ALL - América Latina Logística	Novo Mercado	Incorporada pela Rumo Logística
Anhanguera Educacional Participações	Novo Mercado	Incorporada pela Kroton
Autometal	Novo Mercado	Saiu do mercado de capitais
BHG - Brazil Hospitality Group		
Cremer		
Energisa	Tradicional	Não estava entre as 50 companhias com maior volume de negociação em 2015
Inepar Telecomunicações		
Jereissati Participações		
LATAM Airlines		
M&G Poliéster		
Metisa Metalúrgica Timboense		
Mundial - Produtos de Consumo		
Net Serviços de Comunicação		
RJCP Equity		
Wetzel		
WLM - Indústria e Comércio		

Empresas em recuperação judicial em 2015

Empresa	Nível de listagem
Eneva	Novo Mercado
Lupatech	
Óleo e Gás Participações	
OSX Brasil	
Inepar Indústria e Construções	N1



SOBRE O ACI INSTITUTE

ACI

Audit Committee Institute

Uma iniciativa independente patrocinada pela KPMG

Lançado em 1999 nos Estados Unidos e em 2004 no Brasil, o ACI - Audit Committee Institute promove a troca de informações e o desenvolvimento das boas práticas de governança corporativa. É um importante fórum de discussão, que dissemina informações relevantes aos membros de Conselhos de Administração, de Comitês de Auditoria, e de Conselhos Fiscais das organizações, permitindo o aprimoramento das percepções sobre suas responsabilidades e atividades, fortalecendo sua forma de atuação.

O ACI Institute promove mesas de debates, realiza pesquisas e publica informações cumprindo sua missão por meio da aprendizagem contínua. Entre os temas abordados nos fóruns do ACI destacam-se as atividades e a eficácia dos Comitês de Auditoria, dos Conselhos Fiscais e dos Conselhos de Administração; o gerenciamento de riscos; as boas práticas de governança em empresas familiares; como as boas práticas são avaliadas pelas agências de rating e pelas instituições financeiras; as IFRS e a Lei nº 11.638; a responsabilidade civil dos administradores e o D&O, entre outros.

Para conhecer melhor o ACI, acesse o link www.kpmg.com.br/aci

Mesas de Debates do ACI

Evento	Data	Tema	Painelista
Lançamento do ACI	18/02/2004	Implementação do Comitê de Auditoria	Isaac Sutton - Membro do Comitê de Auditoria - Aracruz Celulose / Scott Reed - Sócio ACI
1ª Mesa de Debates	15/04/2004	Conselheiros e Comitês de Auditoria: competências necessárias e atividades a desenvolver	Fernando Albino - Sócio - Albino Advogados Associados / Aloísio Macário - Gerente de Governança Corporativa - PREVI / Herbert Steinberg
2ª Mesa de Debates	01/07/2004	Melhores práticas em Conselhos e Comitês	José Guimarães Monforte - Presidente - IBGC
3ª Mesa de Debates	20/10/2004	Responsabilidade legal e estatutária dos membros de Conselhos e Comitês	Marcelo Fernandes Trindade - Presidente - CVM / Renato Chaves - Diretor de Participações - PREVI / Syllas Tozzini - Sócio - TozziniFreire Advogados
4ª Mesa de Debates	16/02/2005	Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley	Robert Lipstein - KPMG / João Carlos da Costa Brega - CFO - Multibras S.A. / Sidney Simonaggio - Presidente - RGE - Rio Grande Energia S.A
5ª Mesa de Debates	18/05/2005	Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley: práticas de implementação	Nilton C. Rezende - CFO - Ecolab Química Ltda. / Caio de Almeida Cunha - CFO - SAP Brasil Ltda. / Gilberto Costa de Souza - Assessor de Governança Corporativa
6ª Mesa de Debates	17/08/2005	SOX 301 - Conselho Fiscal ou Comitê de Auditoria	Paulo Roberto S. da Cunha - Membro do Comitê de Auditoria - Banco Bradesco S.A. / João Verner Juenemann - Conselheiro do Banrisul / Luciano C. Ventura - Conselheiro Fiscal de Empresas - LCV Consultoria em Governança Corporativa e Representante de Acionistas
7ª Mesa de Debates	09/11/2005	Gerenciamento de riscos	Antônio Luiz Pizarro Manso - CFO - Embraer / Roberto Lamb - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Comemoração de 2 Anos do ACI	15/02/2006	Regulamentação do mercado para 2006	Isaac Sutton - Membro do Comitê de Auditoria - Aracruz Celulose / Sidney Ito - Sócio KPMG / Marcelo Fernandes Trindade - Presidente - CVM
8ª Mesa de Debates	26/05/2006	Auto-avaliação do Comitê de Auditoria	Luciano C. Ventura - Conselheiro Fiscal de Empresas - LCV Consultoria em Governança Corporativa e Representante de Acionistas / Martin Glogowsky - Presidente - Fundação CESP
9ª Mesa de Debates	06/10/2006	SOX update e avaliação do ambiente de controle	Leonardo Moretzsohn Andrade - Diretor de Controladoria - CVRD
10ª Mesa de Debates	09/03/2007	Fraudes e governança em TI	Renato Opice Blum - Sócio - Opice Blum Advogados Associados / Frank Meylan - Sócio KPMG
11ª Mesa de Debates	25/06/2007	Comitês de Auditoria e Conselho Fiscal: há similaridade nas suas funções e responsabilidades?	Sidney Ito - Sócio KPMG / André Coutinho - Sócio KPMG
12ª Mesa de Debates	01/10/2007	Relacionamento com os auditores externos e internos	João Carlos Orzzi Lucas - Diretor de Auditoria - Brasil Telecom
13ª Mesa de Debates	06/12/2007	O desenvolvimento da governança corporativa no Brasil	Maria Helena Santana - Presidente - CVM
14ª Mesa de Debates	09/03/2008	A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais: um panorama atual das corporações brasileiras na Bovespa e nas Bolsas norte-americanas	Geraldo Toffanello - Diretor Corporativo Contábil - Grupo Gerdau / Pedro Carlos de Mello - Contador Geral - Banco do Brasil S.A.

Evento	Data	Tema	Painelista
15ª Mesa de Debates	25/06/2008	A Importância das boas práticas de governança corporativa na ótica do IFC (Banco Mundial) e da agência de rating Moody's	Luiz Tess - Diretor Geral - Moody's América Latina / Pedro M. Meloni - Principal Advisor - América Latina e Caribe - IFC - International Finance Corporation
16ª Mesa de Debates	01/10/2008	Potenciais benefícios dos private equities para as boas práticas de governança corporativa e a evolução da estrutura de propriedade	Mauro Cunha - Sócio - Mauá Investimentos e Presidente IBGC / Alexandre Saigh - Sócio - Pátria Investimentos
17ª Mesa de Debates	06/12/2008	O desenvolvimento da governança corporativa no Brasil	Sidney Ito - Sócio KPMG / Alexandre Di Miceli da Silveira - Coordenador do CEG (Fipecafi/USP) / Gilberto Mifano - Presidente do Conselho de Administração da BM&FBovespa
18ª Mesa de Debates	12/03/2009	Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria: Responsabilidades, potenciais conflitos e lições aprendidas / Valuation	Sidney Ito - Sócio KPMG / Alan Riddell - Sócio KPMG / Cláudio Ramos - Sócio KPMG
19ª Mesa de Debates	25/06/2009	Monitoramento do gerenciamento de riscos – como os Conselhos e o Comitê de Auditoria devem atuar para serem eficazes	André Vitória - Diretor de Gestão de Riscos da AMBEV
20ª Mesa de Debates	01/10/2009	IFRS e a Lei 11.638 – Qual é o papel dos Conselhos e dos Comitês de Auditoria e a respeito deste tema e como atuar de forma eficaz?	Celso Giacometti - Conselheiro e Consultor / Charles Kriek - Sócio KPMG / Pedro Anders - Sócio KPMG
21ª Mesa de Debates	09/12/2009	O Desenvolvimento da governança corporativa no Brasil: um panorama de 2009 e as perspectivas para 2010	Alexandre Di Miceli - Coordenador do CEG (Fipecafi/USP) / Prof. Doutor Eliseu Martins - Diretor CVM / Sidney Ito - sócio KPMG
22ª Mesa de Debates	18/03/2010	Empresas familiares e de médio porte: que aspectos das boas práticas de governança devem ser considerados? / A instrução CVM nº480	Pedro M. Meloni - Advisor América Latina do IFC / Jorge Eduardo M. Moraes - Depto. Investimento de Empresas de Pequeno e Médio Porte do BNDES / Rodrigo Camargo - Sócio - Frignani e Andrade Advogados / Rogério Andrade - Sócio KPMG / Sidney Ito - Sócio KPMG
23ª Mesa de Debates	08/06/2010	Responsabilidade legal dos conselheiros e o Seguro D&O	Gustavo Contrucci – sócio da Contrucci & Restiffe Sociedade de Advogados / Sidney Ito - Sócio KPMG
24ª Mesa de Debates	17/09/2010	Uma atualização sobre os assuntos de maior preocupação dos conselheiros e membros de Comitês das empresas	Luciana Pires Dias – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM / Alan Riddell – Sócio da Área de Financial Advisory Services da KPMG / Ramon Jubels – Sócio da KPMG no Brasil, especialista no assunto IFRS / Carlos Alberto Nascimento – Gerente Tributário da Mastersaf Soluções Fiscal e Tributária
25ª Mesa de Debates	08/12/2010	As perspectivas de governança corporativa para 2011	Gilberto Mifano - Sócio da Pragma Patrimônio e Presidente do Conselho de Administração do IBGC / Horácio Lafer Piva - Membro do Conselho de Administração da Klabin / Sérgio Darcy da Silva Alves - Membro do Conselho e Administração da ATP Tecnologia S.A. e Membro do Comitê de Auditoria do Banco Santander / Sidney Ito - Sócio KPMG
26ª Mesa de Debates	23/03/2011	A importância e a atuação eficaz dos comitês de auditoria no Brasil e no mundo	Sidney Ito - Sócio KPMG

Evento	Data	Tema	Painelista
27ª Mesa de Debates	14/06/2011	O processo de comunicação entre CFO / auditoria interna / auditoria externa com o conselho de administração e comitê de auditoria	João Miranda - CFO do Grupo Votorantim e Conselheiro de Administração da Fibria Celulose / André Vitória - Diretor de riscos e auditoria interna da AMBEV
28ª Mesa de Debates	23/08/2011	A governança corporativa e o mercado de capitais	Sidney Ito - Sócio KPMG
29ª Mesa de Debates	14/09/2011	A Estrutura de Controles internos do Banco do Brasil / Edital CVM SNC nº10/11	Sidney Ito - Sócio KPMG / Fernando de Rosa - Gerente Executivo na Diretoria de Controles Internos do Banco do Brasil
30ª Mesa de Debates	07/12/2011	As expectativas econômicas em 2012 para conselheiros e membros de comitês	Mailson Ferreira da Nóbrega – Membro de Conselho de Administração de Diversas Empresas e Sócio da Tendências Consultoria Integrada.
31ª Mesa de Debates	28/03/2012	As mudanças e estruturações necessárias na governança de uma empresa no processo de IPO	Sidney Ito - Sócio KPMG / Carlos Renato Donzelli – Magazine Luiza S.A. / Luís Roberto Pogetti – Copersucar
32ª Mesa de Debates	03/07/2012	Os riscos com derivativos e instrumentos financeiros e as responsabilidades dos conselheiros e comitês de auditoria	Cássio Casseb Lima - Conselheiro de Administração das Lojas Marisa, Grupo Jereissati Participações e Grupo Jereissati Telecom
33ª Mesa de Debates	24/08/2012	As boas práticas de governança corporativa nas empresas familiares e o processo de sucessão e profissionalização	Sidney Ito - Sócio KPMG / Ramiro Becker - Sócio da Becker Advogados, Presidente da Comissão de Assuntos Imobiliários e Conselheiro Estadual da OAB/PE
34ª Mesa de Debates	26/09/2012	PREVI: a adoção e o monitoramento das boas práticas de governança nos seus investimentos	Marco Geovanne - Diretor de Participações da PREVI
ACI FS (Financial Services)	03/10/2012	A evolução dos modelos de Comitês de Auditoria – Uma abordagem voltada para o efetivo controle de riscos	Ricardo Anhesini - Sócio KPMG de Financial Services / Anthero Meirelles - Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil / Jeremy Anderson - Líder Global de Serviços Financeiros da KPMG
35ª Mesa de Debates	04/10/2012	As lições do Rio+20 e a responsabilidade dos conselheiros e membros de comitê nos riscos sociais e ambientais	Sidney Ito - Sócio KPMG / Yvo de Boer - Global Advisor de Sustentabilidade da KPMG, ex-Secretário Executivo da ONU / Fábio Feldmann - ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo / Carlos Brandão - Conselho de Administração do IBGC e Membro do Comitê do GRI
36ª Mesa de Debates	05/12/2012	A estrutura da governança corporativa no Brasil e o acesso ao mercado de capitais internacional	Alex Ibrahim – Vice-Presidente e Líder Regional da NYSE Euronext para América Latina, Bermuda e Caribe
37ª Mesa de Debates	12/03/2013	A estrutura de governança corporativa e de gestão de risco da TOTVS	Laércio Cosentino – CEO e idealizador da TOTVS
38ª Mesa de Debates	06/06/2013	Conselhos Fiscais e Comitês de Auditoria: diferenças e similaridades na sua atuação	José Écio Pereira da Costa - Membro do Comitê de Auditoria da Gafisa, Votorantim Industrial e Fibria / Luiz Alberto Falleiros – Membro do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco e da Total Agroindústria Canavieira / Richard Doern – Coordenador do Comitê de Auditoria do Grupo Stefani / Roberto Lamb – Membro do Conselho Fiscal da Gerdau, Marfrig e AES Tietê

Evento	Data	Tema	Painelista
39ª Mesa de Debates	18/09/2013	A Relação do CEO com o Conselho de Administração	João Carlos Brega – Presidente da Whirpool na América Latina
40ª Mesa de Debates	26/11/2013	A Lei Brasileira Anticorrupção - Lei 12.846/2013 A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais – Perspectivas para 2014	Maria Helena Santana, ex-presidente da CVM e atual conselheira/ Shin Jae Kim, sócia da TozziniFreire Advogados; Rodrigo Ferraz de Camargo, sócio do escritório Ferraz de Camargo, Azevedo e Matsunaga Advogados Associados
41ª Mesa de Debates	19/02/2014	Os assuntos mais significativos do IFRS e CPC's para Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e membros de Comitês de Auditoria	Charles Kriek, sócio-líder de auditoria da KPMG no Brasil / Danilo Simões, sócio responsável pelo Departamento de Práticas Profissionais da KPMG no Brasil / Haroldo Levy Neto, Conselheiro e vice-coordenador de Relações Institucionais do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
42ª Mesa de Debates	13/05/2014	Riscos Relacionados ao Capital Humano	Jorge Maluf - Managing Director do escritório da Korn/Ferry em São Paulo e líder do mercado de serviços financeiros para o Brasil e para a América do Sul
43ª Mesa de Debates Comemoração de 10 Anos do ACI	28/08/2014	Governança Corporativa: 10 anos do ACI Institute no Brasil	Sidney Ito – Sócio KPMG
44ª Mesas de Debates	12/11/2014	Governança Familiar: A Estrutura e as Boas Práticas dos Family Offices	Ricardo Egidio Setúbal, Presidente do Conselho de Administração da Itautec
45ª Mesas de Debates	12/03/2015	As responsabilidades e riscos na atuação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria	Leonardo Pereira, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
46ª Mesas de Debates	09/06/2015	A importância do conselho de administração no estabelecimento de uma estrutura eficaz de gerenciamento de riscos	Wilson P. Ferreira Jr. - Diretor-Presidente da CPFL Energia Renê Sanda - Vice-Presidente do Conselho de Administração da CPFL Energia
47ª Mesas de Debates	12/06/2015	A Responsabilidade Legal dos Administradores	Luciana Dias - diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM Marta Xavier - gerente executiva de Governança Corporativa da PREVI
48ª Mesas de Debates	28/08/2015	2º Encontro sobre Governança Corporativa em Empresas Familiares - Capítulo Recife	Richard Doern, Conselheiro do Grupo Tiradentes Ramiro Becker, Sócio da Becker Advogados
49ª Mesa de Debates	09/09/2015	A atuação dos Private Equities no desenvolvimento das práticas de governança das empresas	Frederico Carvalho, Senior Vice President da General Atlantic Gabriel Felzenszwalb, Sócio da Vinci Partners Paulo Vasconcellos, Membro do Conselho de Administração do Grupo Malwee e do Grupo Seculus Fernando Pinto, Managing Director da Carlyle



KPMG NO BRASIL

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços profissionais de Audit, Tax e Advisory. Presente em 155 países, conta com 162 mil profissionais, atuando em firmas-membro em todo o mundo. No Brasil, são aproximadamente 4.000 profissionais, em 13 Estados e Distrito Federal, 22 cidades e escritórios situados em São Paulo (sede), Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Londrina, Manaus, Osasco, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, São Carlos, São José dos Campos e Uberlândia.

Oferecemos, em âmbito global, um conjunto consistente de habilidades e competências contábeis e financeiras, fundamentadas no profundo conhecimento do segmento de mercado de cada cliente, um diferencial de grande relevância. O foco nos clientes, o compromisso com a excelência, a mentalidade global e a entrega constante constroem relações de confiança, que são o centro de nosso negócio e reputação.

CONTATO

Sidney Ito

Sócio-líder de Governança Corporativa e Riscos e do ACI Institute do Brasil

Clara Cardoso

Gerente - ACI Institute do Brasil

Tel: (11) 3940-1500

acibrasil@kpmg.com.br

kpmg.com/BR

ACI Institute
Uma iniciativa
da KPMG



KPMG Board Leadership Center

Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.



kpmg.com/BR

   / kpmgbrasil

App KPMG Brasil – disponível em iOS e Android

App KPMG Publicações – disponível em iOS e Android

App KPMG Thought Leadership for iPad

© 2015 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e “cutting through complexity” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de uma pessoa ou entidade específica. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreenderem ações sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.